

Acção Socialista



N.º 1326 22 Abril 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

PS O PARTIDO DA EUROPA



A escolha de Vital Moreira como cabeça-de-lista às eleições europeias traduz a vontade e a ambição do PS de se abrir ao exterior e ter consigo os melhores e os mais qualificados da vida política,

intelectual e universitária de Portugal, garantiu o secretário-geral, José Sócrates, durante a mais recente edição do Fórum Novas Fronteiras, que decorreu no passado dia 18, em Lisboa.

centrais

AUTÁRQUICAS 2009

Maria do Céu Albuquerque, candidata à Câmara Municipal

“Tornar Abrantes mais competitiva é a prioridade” 5

Paulo Pedroso, candidato à Câmara Municipal

“Recuperar décadas que Almada perdeu com o PCP” 7

Idalino José, candidato à Câmara Municipal

“Colocar Sines no pelotão da frente dos concelhos mais desenvolvidos do país” 12

Miguel Ginestal, candidato à Câmara de Viseu

“Fazer melhor para todos” 13

Artur Penedos, candidato à Câmara de Paredes

“Daremos ao concelho um poder político considerado e respeitado” 17

Pedro Nuno Santos, candidato à Câmara de S. João da Madeira

“Compromisso permanente com a igualdade” 19

Nesta edição
Suplemento
“Europa”



SÓCRATES RESPONDE

Coloque as suas questões a José Sócrates
Duça a resposta no dia 25 de Abril

**AQUI AS SUAS
PERGUNTAS
TÊM RESPOSTA**

No dia 25 de Abril José Sócrates
responde em directo às suas questões.

www.socrates2009.pt



OPINIÃO

AUTÁRQUICAS 2009 JÁ 2013



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Todos os que estejam, agora, no terceiro mandato ou mais, poderão fazer mais um único

OS CARGOS políticos nunca podem ser exercidos a título vitalício, diz a Constituição da nossa República.

Há um princípio de renovação, que preside, sempre, ao exercício dos cargos.

Mesmo quando os seus titulares se repetem a ocupá-los, isso depende sempre de momentos de escolha e de renovação da legitimidade, por períodos de mandatos temporalmente estabelecidos.

Não há pois mandatos ou cargos atribuídos vitaliciamente.

Mas verificou-se, porém, um fenómeno que acabou por ser identificado como uma perversão àquele princípio – foi a renovação sucessiva, exagerada e indefinidamente dos mandatos nas mesmas pessoas. Na prática uma potencialidade vitalícia, obtida dentro de um sistema que se queria antivitálico!

Por isso veio a lei intervir a moderar esse excesso.

Primeiro na Constituição e depois na lei ordinária.

Esta lei foi já aprovada no actual mandato da Assembleia da República e também no decurso do presente mandato dos órgãos das autarquias locais, agora prestes a findar.

Dentro do quadro constitucional, que apenas autoriza o estabelecimento de limitação de mandatos aos cargos políticos executivos, foram, portanto, deixados de fora os cargos de assembleia ou deliberativos, aos quais não se aplicará, pois, essa limitação.

Nos cargos executivos foram apenas abrangidos os presidentes dos órgãos autárquicos. Naturalmente por se entender que a personalização, tanto no plano eleitoral como no exercício executivo, é nos presidentes que se manifesta mais expressiva e perversamente.

Assim, presidentes das câmaras municipais e presidentes das juntas de freguesia – e só estes – ficaram limitados ao exercício de três mandatos, quando seguidos. O que, na actual periodicidade eleitoral, dá 12 anos.

Não é um banimento! Essas pessoas podem fazer mais de três mandatos, sem qualquer limite de número. Apenas não podem fazer mais de três seguidos.

Para tapar todos os possíveis buracos, a lei veio esclarecer que, nos quatro anos da limitação, aquela pessoa, nunca poderá assumir as mesmas funções de presidente, seja porque estava atrás na lista e saíram os que estavam à sua frente, seja porque o órgão caia e venham a ocorrer eleições intercalares.

De igual modo, a lei também previne o caso de alguém, durante o último mandato, possivelmente próximo do seu fim, renunciar e não o completar, ficando à espera do mandato seguinte para que pudesse então, de novo, recandidatar-se.

Em caso de renúncia, tudo se passa, na mesma, como se tivesse o mandato sido cumprido até ao fim: basta ter iniciado um terceiro mandato consecutivo para já não se pode candidatar no mandato seguinte.

Mas, atenção, os que sofram da limitação, apenas não podem candidatar-se como cabeças-de-lista, para serem presidentes. Nada impede que integrem as listas noutras posições, sendo, porém, certo, como já se disse acima, que nunca poderão ser chamados à presidência.

De igual modo, julgamos que nada impedirá que os limitados se candidatem à presidência de outra autarquia, diferente daquela onde completaram o limite de mandatos seguidos. Ainda que este ponto não tenha ficado expresso no texto da lei.

Esta lei entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2006, portanto, como já se referiu, durante o decurso do mandato actual.

Esta circunstância levou a considerar-se que aqueles que estão em funções e seriam apanhados pela limitação, na verdade não contavam com isso no momento da eleição e, portanto, seria de admitir – só para eles – uma excepção, que transportasse para o mandato seguinte os efeitos da limitação.

Assim é que, todos os que estejam, agora, no terceiro mandato ou mais, poderão fazer mais um único.

Isto leva a que, tendo nós, já, em vigor, uma lei de limitação de mandatos, ela, contudo, só daqui a quatro anos vai ter efeitos práticos. Então, serão vastos.

Outro aspecto – que é novo – e que muito importa ter atenção, é que, ao elaborarem-se as listas eleitorais de 2009, deve ter-se em conta, desde já, os caos de limitação de mandatos e, portanto, de algum modo, obriga a pensar e preparar, já hoje, as escolhas, as listas e a eleição de 2013.

Comissão Política aprova lista do PS às europeias

A lista socialista às eleições europeias apresenta como principal novidade a inclusão de Correia de Campos. Alia qualidade e experiência e tem como ambição ganhar, segundo salientou o porta-voz do PS, Vitalino Canas, no final da reunião da Comissão Política de 8 de Abril. Na lista do PS às europeias verifica-se que mais de 40% dos candidatos são mulheres.

VITALINO Canas sublinhou que a lista socialista, encabeçada pelo constitucionalista Vital Moreira, “foi mais fácil de fazer do que em alguns dos outros partidos nossos adversários”.

E reiterou que “em qualquer eleição a ambição do PS é ganhar”, explicando que uma derrota eleitoral, para os socialistas, é terem “menos um voto do que qualquer outro partido”.

Questionado sobre a possibilidade de o PS ser alvo de voto de protesto nas próximas eleições europeias, Vitalino Canas afirmou que o partido “confia que os portugueses irão saber o que está em causa” no acto eleitoral de 7 de Junho.

“Nestas eleições europeias não está em causa o protesto, mas sim o projecto europeu do PS. O projecto europeu do PS existe há mais de duas décadas. O PS é o partido da Europa, que é muito importante para Portugal”, disse.

Vitalino Canas salientou ainda que a lista do PS às europeias

ultrapassa a exigência legal no que respeita à lei da paridade, já que, frisou, “apresenta nove mulheres em 22 efectivos, mais de 40%”.

Quanto à composição da lista, aprovada com 68 votos a favor e uma abstenção, no segundo lugar surge a dirigente socialista Edite Estrela, que, no mandato que agora termina, chefiou a delegação dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu. O terceiro lugar é ocupado por Capoulas Santos, actual eurodeputado e ex-ministro da Agricultura de António Guterres, e que no âmbito da campanha será o seu director.

Antes de Correia de Campos, que ocupa o quinto lugar da lista, está na quarta posição Elisa Ferreira, eurodeputada independente, que é também candidata do PS a presidente da Câmara do Porto.

Na ordem de candidatura segue-se em sexto lugar Luís Paulo Alves, proposto pelo PS/Açores, que substituirá Paulo Casaca, que

é candidato à Câmara de Ponta Delgada. Na sétima posição está Ana Gomes, actual eurodeputada que é também candidata à presidência da Câmara de Sintra.

Os actuais eurodeputados Manuel dos Santos (8º lugar), Joel Hasse Ferreira (9º lugar), Jamila Madeira (10º lugar), Emanuel Jardim Fernandes, proposto pelo PS/Madeira (11º), e Armando França (12º) integram também a lista de 22 efectivos.

O PS tem actualmente 12 eurodeputados, eleitos nas europeias de Junho de 2004, em que o nosso partido obteve 44,53%. Note-se, porém, que por via do alargamento da UE o nosso país passará a ter menos dois representantes no hemisférico de Estrasburgo, já a partir das próximas eleições.

Dos actuais eurodeputados do PS, saem da lista de candidatos às próximas eleições para o Parlamento Europeu, por vontade própria, Sérgio Sousa Pinto e Francisco Assis (*ver em caixa lista completa de efectivos e suplentes*).

Na reunião do dia 8 foi também aprovada a constituição da Mesa da Comissão Política, que tem como presidente José Sócrates, vice-presidentes Capoulas Santos e Maria Antónia Almeida Santos e como secretários António Braga, Maria Teresa Almeida e Filipe Bpataista. J.C.C.B.

LISTA DE CANDIDATOS EUROPEIAS 2009

Efectivos					
Vital Moreira	Edite Estrela	Capoulas dos Santos	Elisa Ferreira		
Correia de Campos	Luís Paulo Alves	Ana Gomes	Manuel dos Santos	Joel Hasse Ferreira	Jamila Madeira
Emanuel Jardim Fernandes	Armando França	Sónia Fertuzinhos	Pedro Delgado Alves	Nelson Carvalho	Ana Elisa Costa Santos
Bruno Veloso	Cristina Granada	Rita Miguel	Paulo Pisco	Sandra Maria Pontedeira	José Pinhanços de Bianchi

Suplentes Carlos Zorrinho, Mafalda Serrasqueiro, João Manuel Baptista Realinho, António Mendes, Fátima Ferreira, Bruno Julião, Paula Cristina Perna

Vital Moreira lança livro sobre a Europa

O cabeça-de-lista do Partido Socialista às eleições para o Parlamento Europeu, Vital Moreira, lançou recentemente, em Lisboa, o livro “Nós Europeus”.

A INICIATIVA contou com a presença, para além de vários governantes e dirigentes nacionais do partido, do secretário-geral, José Sócrates, e ainda do ex-comissário europeu António Vitorino.

Coube, aliás, a Vitorino, que foi igualmente o responsável pelo prefácio, a apresentação do livro, tendo na ocasião lembrado que o acervo dos textos agora publicados retratam o homem, mas também o “pensador, o jurista e o académico”, para mais à frente sublinhar que Vital Moreira desde há muito “mantém um pensamento próprio sobre a Europa”, alguém, disse ainda, “dotado de um elevado sentido de empenhamento cívico e intelectual na construção do projecto europeu”.

Vitorino definiu ainda Vital Moreira como um português cheio de “vontade e determinação” em ser parte activa da construção de uma Europa “mais livre, mais justa, mais eficaz e mais solidária”.

“Nós Europeus” é um volume que contém um conjunto de artigos jornalísticos saídos ao longo dos últimos anos nos jornais “Público” e no “Diário Económico”, da autoria do constitucionalista da Universidade de Coimbra sobre política europeia.

O Tratado de Lisboa

Vital Moreira começou por recordar palavras que escreveu há cerca de um ano num artigo saído no jornal o “Público”, no qual defendia, já na altura, que não havia razões objectivas para crer que a rejeição em referendo do Tratado de Lisboa, por parte dos irlandeses, tivesse como causa próxima “o seu conteúdo”, mas sim, em sua opinião, pela sua “incontornável incompreensibilidade”, acusando a oposição, de ter “jogado explicitamente na ignorância como argumento contra o Tratado”.

O constitucionalista afirmou ainda



não ser um crente em relação ao que designou da “nova tecnologia referendária” por fidelidade, “à democracia parlamentar”, razão por que não lhe causou estranheza “nem grande surpresa” a recusa da Irlanda.

Para o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, o Tratado de Lisboa assume uma função determinante para o futuro da União Europeia (UE).

Segundo Vital Moreira, tornou-se evidente que alguns dos receios que mais pesaram no voto negativo irlandês, por exemplo, o fim da neutralidade militar da Irlanda ou a despenalização do aborto, deixaram de constituir um obstáculo “por não terem nenhum fundamento no Tratado”.

Considerando tratar-se de “uma desventura” caso o Tratado de Lisboa “fique pelo caminho”, Vital Moreira disse não ter dúvidas que “num cenário destes” a construção da União Europeia tornar-se-ia muito mais complicada, prolongando por tempo indefinido “os actuais constrangimentos institucionais da UE”.

À margem da cerimónia de apresentação do livro “Nós Europeus”, o secretário-geral e primeiro-ministro,

José Sócrates, afirmou que o PS foi o único a escolher um cabeça-de-lista às eleições para o Parlamento Europeu um independente que “está fora dos quadros partidários”, o que na sua perspectiva só pode “valorizar esta candidatura”.

Na opinião de José Sócrates, o

Partido Socialista ao ter apostado “num dos mais notáveis professores de direito” e numa pessoa que simultaneamente reúne os atributos de “homem de cultura, de pensamento e de ideias”, convergiu com o propósito, por um lado de “valorizar o discurso político”, e, por outro, de

“elevar as escolhas em relação à política europeia”.

Para o secretário-geral socialista, a candidatura de Vital Moreira “está na linhagem das anteriores candidaturas do PS às eleições europeias”, como as de António Vitorino, Mário Soares ou Sousa Franco. **R.S.A.**



“Site” de apoio a Sócrates aposta em rede social

O “SITE” coordenado pelo líder da JS, Duarte Cordeiro, de criação a um movimento de apoio a José Sócrates vai incluir ferramentas para criar “uma rede social” semelhante ao Facebook e ao Hi5.

Segundo explicou Duarte Cordeiro, desde o dia 12 quem se registar no “site” que foi lançado no Congresso de Espinho, “pode criar uma área pessoal, convidar amigos, carregar documentos e fotografias e iniciar discussões e participar em grupos, tal como numa rede social como o Facebook ou Hi5”.

Na área criada por cada utilizador podem ser incluídos “links” para as suas páginas pessoais ou para quaisquer outros “sites” ou redes sociais, acrescentou, realçando que se trata de “um ‘site’ político com uma rede social acoplada”.

“A presença nas redes sociais já faz parte da vida das pessoas e nós queremos aproveitar essa dinâmica natural para estimular a participação política”, afirmou Duarte Cordeiro.

O “site” www.socrates2009.pt tem como

objectivo, segundo o líder da JS, “criar um movimento de apoio ao secretário-geral do PS tendo em vista as legislativas”.

Duarte Cordeiro adiantou que o “site” inclui documentos sobre medidas do Governo, muitas imagens do primeiro-ministro e cerca de 70 vídeos com depoimentos de socialistas ou apoiantes e recebeu 4100 registos de visitantes desde que foi lançado.

O líder da JS considerou ainda natural que o “site” seja centrado na figura do

primeiro-ministro, porque, explicou, “é normal que os partidos políticos comuniquem através da imagem dos seus líderes. Os cartazes do PSD também têm a imagem de Manuela Ferreira Leite”.

Quanto à “rede social” que o dirigente da JS quer promover no “site” de apoio a Sócrates, Duarte Cordeiro disse ainda que terá “fóruns temáticos” para “discussão de ideias e propostas”, que podem ser lançadas por qualquer utilizador ou pela coordenação da página.

OPINIÃO

BRAVO NICO
Deputado do PS

A intervenção no parque escolar, neste momento em curso em Portugal, é, na actualidade e em termos relativos, a maior intervenção do género, a decorrer em todo o mundo

CONSTRUIR O FUTURO DE PORTUGAL, (RE) CONSTRUINDO A ESCOLA PÚBLICA

A QUALIFICAÇÃO dos(as) portugueses(as) é, na actualidade, a maior obra pública em curso em Portugal.

Nesta obra pública, ganha particular destaque, pela magnitude da sua importância futura e pelo impacto que gerará, a curto prazo, a nível económico e social, a requalificação, global e estruturante, da totalidade do parque escolar português. Na realidade, são mais de mil os estabelecimentos escolares, de todos os níveis de escolaridade (pré-escolar e ensinos básico e secundário), que serão objecto de requalificação, nas respectivas infra-estruturas físicas, técnicas, tecnológicas e didácticas, até ao ano de 2015.

A intervenção no parque escolar, neste momento em curso em Portugal, é, na actualidade e em termos relativos, a maior intervenção do género, a decorrer em todo o mundo.

Ao nível da educação pré-escolar – área em que a capacidade instalada ainda não cobre as necessidades das famílias, na generalidade do território português – ocorre, na actualidade, um significativo investimento, através do Programa Pares, com particular destaque para as zonas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A consolidar, politicamente, esta prioridade, o Governo e o Partido Socialista assumiram o compromisso de garantir, já em 2010, a universalização do acesso à rede de educação pré-escolar a todas as crianças com cinco anos de idade. Este será um passo decisivo na construção de verdadeiras condições de igualdade de oportunidades e de justiça social, num momento do desenvolvimento dos jovens cidadãos em que o acesso a ambientes de aprendizagem estruturados e qualificados é fundamental na construção das melhores condições para um desenvolvimento adequado, em todas as dimensões.

Ao nível do ensino básico, a intervenção em curso – em, forte e activa, parceria com as autarquias locais – materializa-se na construção de uma rede de 700 novos centros escolares, numa clara aposta na substituição definitiva de uma, antiga, atomizada e inorgânica, rede de escolas primárias que, na actualidade, era factor de desigualdade no acesso e no sucesso educacionais, reproduzia as assimetrias existentes nas comunidades económicas, sociais e culturais de origem das crianças e, por consequência, induzia uma profunda injustiça

social. Por outro lado, as 50 escolas mais degradadas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico foram sinalizadas e irão ser objecto de requalificação imediata.

No que diz respeito ao ensino secundário, a intervenção de requalificação física, técnica e tecnológica assume uma escala inédita, abrangendo a quase generalidade das escolas secundárias portuguesas. O Programa de Modernização do Parque Escolar, inscrito na Iniciativa para o Investimento e para o Emprego traduz-se numa mega-operação de requalificação escolar – e também urbana, em consequência da matriz de obras a realizar e do perfil de equipamento público que delas resultará – que envolverá 332 escolas e 2,5 mil milhões de euros até ao ano 2015, num processo que terá, já em Agosto de 2009, mais de uma centena de escolas em plena intervenção. É a nova escola secundária portuguesa que se reergue e se apresenta, uma vez mais, para continuar a contribuir para a formação humana dos cidadãos e para o desenvolvimento social e económico do país.

Resumindo, serão mais de mil as escolas que serão requalificadas e mais de dez mil as salas de aula que serão construídas/remodeladas física e tecnologicamente. É esta a magnitude da maior pública em curso no nosso país. Não existe um único concelho de Portugal continental em que a escola pública não se renove. Em todo o território português, serão milhares as pequenas e médias empresas que promoverão estas obras e muitas dezenas de milhar de postos de trabalho que serão criados ou mantidos.

No momento histórico em que Portugal é confrontado com uma das mais difíceis circunstâncias financeiras e económicas e em que se exige a um Governo que indique o farol, trace o rumo, mobilize os cidadãos e as instituições e decida, eis o Governo Partido Socialista que indica o caminho, define a rota e revigora a sua mais importante decisão de sempre: mantém e reforça a aposta no investimento na educação e formação dos portugueses, na forte convicção de que a Qualificação dos seus cidadãos é a mais poderosa e estruturante infra-estrutura promotora de um desenvolvimento humano, social e económico que conduza Portugal a um patamar de maior riqueza, maior solidariedade e maior justiça social. Reconstruir (e reerguer) a escola pública portuguesa é construir um melhor futuro para Portugal.

César defende atenção especial da UE à especificidade das suas regiões ultraperiféricas



O PRESIDENTE do Governo dos Açores disse que o universo formado, no seio da União Europeia, pelas suas regiões ultraperiféricas, deve ser encarado, no seu todo, como um conjunto particularmente sensível à crise internacional, mas também conferindo atenção especial às especificidades de cada região.

Carlos César – chamando a atenção para o facto de, nos Açores, não se verificarem taxas de desemprego ao nível dos 26,8% da Martinica ou de paralisações gerias de 44 dias, como na Guiana – não deixou de frisar que “a União Europeia não pode continuar a pensar que temos de defender as estruturas económicas tradicionais e, ao mesmo tempo, resistir à adopção de medidas de compensação ao fim das quotas leiteiras.”

O presidente do Governo Regional, que falava no decorrer da reunião realizada a 16 de Abril em Bruxelas, entre os presidentes das regiões ultraperiféricas da União Europeia e a comissária Danuta Hubner, acrescentou que “também em relação ao sector das pescas continuaremos a pugnar para que sejam reintroduzidos os mecanismos de acesso às zonas

de pesca que anteriormente davam prioridade às frotas das regiões”.

Defendendo que é fundamental, para as RUP, garantir o reconhecimento das suas especificidades nos debates sobre o quadro orçamental pós-2013 e as políticas que dele decorrerão, frisou que é igualmente relevante reduzir os constrangimentos decorrentes da inexistência de alguma legislação comunitária nas RUP.

“Saliento os casos da proposta de directiva relativa à integração do sector da aviação no regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa – CO₂ –, que não aprovou uma exclusão total das regiões ultraperiféricas desse regime; o regulamento e directiva relativas ao reforço da protecção e segurança dos navios e das instalações portuárias, que são de difícil exequibilidade nos nossos portos e com os navios de tráfego local; o Regime Específico de Abastecimento, que não teve em conta, conforme na altura foi proposto pelo meu Governo, os montantes correspondentes à isenção de direitos de importação para as mercadorias prove-

nientes de países terceiros (ramas de açúcar e cereais), nem o período de referência para o cálculo da média, 2002-2004”, precisou Carlos César.

O governante açoriano considerou ainda importante criar condições para a atracção de estudantes universitários e investigadores para as RUP e a adopção de medidas para fomentar o acesso aos programas no âmbito do VII Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento.

Carlos César sugeriu, finalmente, que, no que concerne à temática da Energia, a Comissão, através do VII Programa Quadro de Investigação & Desenvolvimento, poderia ainda colocar como critério de prioridade o apoio a projectos de investimento para o desenvolvimento de formas de energia limpas.

À margem desta reunião, Carlos César encontrou-se com o presidente do Governo das Canárias, Paulino Rivero, e, depois, com o vice-presidente do Governo Regional da Madeira, Cunha e Silva.

Nos dois encontros, os governantes abordaram temas de interesse comum às respectivas regiões.

Maria do Céu Albuquerque, candidata à câmara

“Tornar Abrantes mais competitiva é a prioridade”

Dar um “novo impulso” ao legado da governação socialista de Abrantes, que é hoje “uma referência pelo seu modelo de desenvolvimento e pela afirmação local e regional” é o objectivo de Maria do Céu Albuquerque. Em entrevista ao “Acção Socialista”, a candidata do PS à presidência da câmara afirma que tem como prioridade do programa com que se vai apresentar aos eleitores “tornar Abrantes mais competitiva”, através da promoção de um desenvolvimento sustentado assente em três pilares: a competitividade económica, o valor acrescentado urbano e ambiental e a solidariedade participada. Na agenda política inscreve a qualificação do território, das empresas, das instituições e das pessoas.

Vai suceder, caso o PS ganhe as próximas eleições, a um excelente autarca à frente dos destinos de Abrantes. Que novo impulso poderá dar a sua presidência?

O PS governa em Abrantes desde o 25 de Abril, com excepção de um curto período de quatro anos. O 1º ciclo foi marcado pela necessidade de infra-estruturar permitindo o acesso dos cidadãos aos serviços básicos. O 2º ciclo, marcado pela liderança forte de Nelson de Carvalho, assentou na criação de equipamentos colectivos que permitiram o acesso a serviços como a cultura, a educação ou o desporto.

Abrantes soube conquistar a liderança e é hoje uma referência pelo desenvolvimento social, económico e político e pela afirmação local e regional.

Este 3º ciclo que quero protagonizar significa renovação. Significa dar continuidade, significa mudar, mas significa fundamentalmente pegar no legado da governação socialista e desenvolvê-lo, animá-lo, dar-lhe um novo impulso marcado pela actualidade e projectando-o no futuro.

Visitou recentemente, enquanto candidata, associações e instituições de idosos e jovens. Qual o objectivo destes contactos?

Os contactos com as associações juvenis e instituições de apoio a idosos têm como objectivo conhecer ainda melhor a realidade do município de Abrantes.

Estas associações contribuem para a melhoria da qualidade de vida das suas comunidades, defendendo os interesses dos jovens e dos idosos, nomeadamente os que se encontram em desvantagem social e colaboram com o poder local na resolução de necessidades concretas, propondo alternativas de melhoria.

É uma resposta da sociedade civil que complementa a acção autárquica, que importa conhecer, incentivar e apoiar.

Que outros contactos e reuniões estão previstos com as

forças vivas da região?

Vamos continuar a reunir em todas as freguesias com os movimentos associativos. São estes modelos de cidadania que concorrem para o desenvolvimento social dos territórios.

Quero começar esta campanha do “ponto zero”. O contacto com as pessoas quero fazê-lo porta a porta, no encontro com os pequenos grupos.

De que forma é que a sua experiência autárquica pode constituir uma mais-valia da sua candidatura?

O facto de ter três anos de experiência autárquica em Outubro constitui-se como uma mais-valia para o trabalho que quero desenvolver. Estão sob a minha resposta pastas importantes como o Desenvolvimento Económico, o Ambiente (água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), os Serviços Urbanos, o que me permite conhecer muito bem o município. Coordeno o Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços Municipais que me proporciona um relacionamento próximo com os funcionários. Relaciono-me com parceiros locais, regionais e nacionais. Conheço os nossos autarcas, as suas freguesias, as suas necessidades e expectativas. Aprendi as virtudes de uma política de proximidade. É essa aprendizagem que ponho ao serviço desta candidatura.

Quais vão ser as prioridades do programa com que se vai apresentar aos eleitores?

A promoção de um desenvolvimento sustentado assente em três pilares: a competitividade económica, o valor acrescentado urbano e ambiental e a solidariedade participada.

Tornar Abrantes mais competitiva é a prioridade: dotar o tecido empresarial de infra-estruturas e serviços de apoio que facilitem e incentivem o desenvolvimento de estratégias empresariais mais inten-



sas em conhecimento, inovadoras e mais sustentáveis; promover a requalificação urbana e a valorização ambiental; desenvolver políticas mais inclusivas, de promoção da igualdade de oportunidades e da coesão.

Abrantes apresentará melhores condições de vida para os seus habitantes e será mais atractiva se apresentar ambientes mais qualificados, empresas mais competitivas e pessoas mais bem preparadas.

De que forma vai envolver os militantes e simpatizantes socialistas, bem como personalidades independentes na campanha?

Queremos o envolvimento de todos na construção do projecto de governação autárquica do partido socialista para os próximos 12 anos. Queremos que as pessoas se revejam neste projecto e que connosco trabalhem para a sua prossecução.

Apresentámos a nossa candidatura num jantar que reuniu cerca de 400 participantes: militantes, simpatizantes e cidadãos independentes que quiseram conhecer e dar o seu apoio.

Iniciámos um ciclo de fóruns de

participação. Fizemos o primeiro no final de Março em registo de convenção autárquica. Os elementos que integram as nossas listas aos órgãos autárquicos, militantes e simpatizantes do PS, discutiram eixos de intervenção prioritários para o desenvolvimento de Abrantes.

Em Maio, realizaremos mais quatro fóruns temáticos abertos à comunidade. Queremos discutir as questões sociais, da juventude, do desenvolvimento económico e das políticas de urbanismo e ordenamento do território.

Apresentarei também a minha Comissão de Honra que conta com cerca de uma centena de apoiantes representativos de toda a comunidade.

Na sua opinião, quais os principais problemas com que se debate o concelho?

A localização periférica de Abrantes tem-se constituído como entrave ao modelo de desenvolvimento. Abrantes é servida pela A23, o que veio alterar o paradigma de desenvolvimento. A construção do troço do IC9 – Abrantes/Ponte de Sor vem reforçar a

coesão territorial, potenciando a ligação a sul, nomeadamente ao Alto Alentejo.

A acessibilidade é um factor acrescido de atractividade deste território, permitindo um maior desenvolvimento económico e social, promotor de uma efectiva coesão social, da igualdade e da inclusão.

Que plano tem para valorizar ainda mais as potencialidades de Abrantes, nomeadamente no que respeita à manutenção e criação de emprego?

A agenda política que queremos marcar assenta num modelo de qualificação do território, das empresas e instituições e das pessoas. Definimos já oito eixos de intervenção: inovação e desenvolvimento tecnológico; acolhimento empresarial; identidade competitiva no contexto regional; valorização e qualificação ambiental; conhecimento, educação e formação; governo electrónico e modernização administrativa; promoção de uma cidadania activa e qualificação da democracia local; cultura, desporto e turismo.

OPINIÃO



MARIA SANTOS
Presidente da INTERBIO
— Associação Interprofissional de Agricultura Biológica.
Membro Comissão Nacional

O objectivo de António Costa de “transformar Lisboa numa cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente”, será um desafio ganhador

“LISBOA: CIDADE VERDE!”

A ELABORAÇÃO de uma “Carta Estratégica para Lisboa”, que estabeleça “um novo-compromisso” para o futuro da cidade, inscrever-se-á, necessariamente, numa perspectiva de sustentabilidade e melhoria da sua qualidade de vida. O “velho” modelo californiano de organização do espaço urbano terá que ser abandonado! Ninguém hoje pode aceitar como sustentável, que as zonas residenciais estejam “desligadas” ou muito distantes dos serviços públicos, das áreas comerciais ou dos espaços de lazer. O “novo” pulsar da cidade, assente na sua matriz identitária, terá que reencontrar o “forte abraço” das relações de vizinhança, acolher a inovação tecnológica e reorientar-se para um ordenamento à escala humana. A vivência de bairro, que alguns de nós ainda têm a oportunidade de usufruir, terá que ganhar mais “terreno”, aderindo às premissas de uma “eco” concepção e gestão ou requalificar-se em termos de fruição ambiental. Há que encontrar nos “escombros” das crises financeiras, económicas ou ecológicas, raízes de criatividade e motivação para fazer mais e melhor! Os exemplos que pudemos conhecer, em outras cidades europeias, de bairros ou “unidades urbanas” desenhados a partir de critérios ecológicos, permitem-nos acreditar que o objectivo de António Costa de “transformar Lisboa numa cidade ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente”, será um desafio ganhador!

O presidente da CML convoca-nos, uma vez mais, para participarmos na vida da nossa cidade, e ao mais alto nível: na elaboração e implementação de uma “Carta Estratégica para Lisboa 2010-2024”. É uma iniciativa de grande envergadura política e cívica. Quem conhece António Costa, sabe que este a concretizará. Sei do que falo! Conheci-o muito jovem, quando ambos estudávamos no Conservatório Nacional de Lisboa e trabalhei com ele, anos mais tarde, quando assumiu a presidência do Grupo Parlamentar do PS e me integrou na sua equipa. É um homem de palavra, operacional e visionário, mas também arguto e corajoso no debate político. Frontal e decidido quando tem de agir! Aliando ainda uma personalidade franca e positiva, aos cargos que tem exercido por mérito próprio. A maior parte dos portugueses tem acompanhado o seu excelente desempenho ao serviço do país e de Lisboa. Aliás, os lisboetas têm igualmente assistido, desde que António Costa assumiu os destinos da capital, a extraordinárias sessões de “pedagogia política”, quando regularmente presta contas públicas pelo exercício do seu mandato.

Estocolmo e Hamburgo receberam recentemente o título de “Capitais Verdes” da Europa, para 2010 e 2011. Esta distinção foi criada pela Comissão Europeia, tendo em vista “reconhecer e recompensar” as políticas de cidade em prol do ambiente e do desenvolvimento sustentável. Ninguém estranhou que estas cidades nórdicas, que “pertencem” aos denominados países “mais ambientalistas” da União, tivessem sido as primeiras a ganhar o concurso! O que é certo é que estas cidades elaboraram ambiciosos programas de cariz ambiental. Estocolmo, a laureada de 2010, apresentou, entre outros objectivos, um projecto de grande envergadura urbana, que visa uma profunda requalificação dos seus espaços verdes. Hamburgo, por exemplo, para além de já ter reduzido as emissões de CO₂ por habitante, em 15%, desde 1990, fixou uma nova meta: a de reduzir essas emissões em 40%, até 2020.

A promoção de “boas práticas” em termos ambientais, levada a cabo por muitas cidades europeias, estimulará, estou certa, a emergência de uma nova maneira de fazer evoluir e gerir ecologicamente as cidades do futuro! O debate que vamos travar em torno das propostas de António Costa para a nossa cidade, constituirá um desafio e um combate político que não podemos, não devemos, recusar!

ACTUALIDADE

Investimento sem precedentes na educação

O GOVERNO quer que um maior número de crianças e jovens tenha formação musical. A ideia foi sublinhada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a cerimónia inaugural do Conservatório de Música do Porto.

“Esta inauguração tem o significado simbólico da aposta que é necessário fazer no ensino da música nas nossas escolas”, sublinhou Sócrates, acrescentando que a formação musical em Portugal “precisa de um grande investimento”, ao mesmo tempo que assegurava que ao longo dos últimos anos o Executivo do PS tem desenvolvido esforços e posto em prática medidas para que o ensino da música se democratize.

Neste sentido, apontou para o grande investimento que está a ser feito nos cinco conservatórios de música públicos, com a construção de raiz de novos edifícios do Porto e Coimbra e a modernização dos de Lisboa, Aveiro e Braga.

Paralelamente, disse, o Ministério da Educação está apostado no desenvolvimento dos novos ensinamentos Integrado e Articulado, possibilitando que os alunos dos conservatórios de música possam ter aulas do ensino regular noutros estabelecimentos.

“O que queremos é que cada vez mais jovens tenham acesso à música. Por isso criámos esta disciplina nas actividades até às cinco e meia nas escolas do primeiro ciclo”, salientou o primeiro-ministro.

Por sua vez, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, descreveu a inauguração do Conservatório do Porto como a “concretização de um sonho” de todos os que utilizavam as degradadas instalações anteriores, sublinhando o “significado particular” que este acto tem também para



as restantes escolas de música.

A inauguração contou também com as presenças do ministro da Cultura, Pinto Ribeiro, e sua antecessora, Isabel Pires de Lima, o vereador da Educação na Câmara do Porto, Vladimiro Feliz, vários deputados socialistas, como José Lello, Renato Sampaio, Manuela Melo e Fernando Jesus, e a eurodeputada e candidata do PS à Câmara do Porto, Elisa Ferreira.

Antes, Sócrates visitou as obras de modernização das escolas secundárias Carolina Michaëlis e Rodrigues de Freitas, onde destacou as cinco medidas do Plano Tecnológico da Educação: Banda larga de Internet em todas as salas, aumento do número de computadores e quadros interactivos, videovigilância e cartão do aluno.

Preparar escolas do século XXI

O primeiro-ministro explicou também que a crise económica e financeira levou o Governo a antecipar o plano de requalificação do

parque escolar e anunciou que este ano as obras vão chegar a 100 escolas secundárias do país.

“A melhor forma de combater a crise é antecipar o plano de requalificação do parque escolar e, já em 2009, avançar com as obras de requalificação em 100 escolas”, reforçou Sócrates, lembrando que esta é uma “oportunidade de emprego” e que, “este ano, o investimento nas escolas secundárias é o maior de sempre”.

A intenção do Governo é, pois, preparar as escolas do século XXI, colocando-as “na linha da frente da modernidade tecnológica”.

De referir que no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar prevê-se a conclusão das obras em oito escolas em Setembro e de outras 14 escolas em Dezembro.

Relativamente à segunda fase do programa, que vai levar obras a 75 escolas, estão neste momento a ser preparados os concursos públicos, devendo todas as obras estar adjudicadas até ao fim de Junho. **M.R.**

Inaugurada farmácia do hospital de Santa Maria

AS FARMÁCIAS prestam actualmente um serviço público de “excelência” em Portugal, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de inauguração, no dia 14, da farmácia de venda directa do Hospital de Santa Maria, que permitirá aos doentes aviarem as receitas logo após as consultas. É mais um avanço importante na política do Governo de melhoria do acesso aos medicamentos.

A farmácia, localizada junto à urgência central daquela unidade de saúde, estará aberta 24 horas por dia, 365 dias por ano, e, segundo o acordo de concessão, pagará 600 mil euros de renda anual e entregará como contrapartida 22% da sua facturação.

“Nas reformas o que custa é o princípio, porque depois as coisas ganham dinâmica. A partir do momento em que abriram as farmácias nos hospitais de Leiria, de Coimbra e agora aqui

no Hospital de Santa Maria, já não haverá recuo. Já nenhum utente do Serviço Nacional de Saúde aceitará que estas farmácias não existam”, salientou José Sócrates.

No seu discurso, o primeiro-ministro integrou a política de abertura de farmácia hospitalares “na reforma do Governo a favor da melhoria do acesso aos medicamentos” e na sequência do acordo celebrado em Maio de 2006 entre o Executivo e a Associação Nacional de Farmácias (ANF) no âmbito do chamado “Compromisso com a saúde”.

“As farmácias são entidades privadas que prestam hoje em Portugal um serviço público de excelência”, declarou o primeiro-ministro, que, por outro lado, manifestou a sua satisfação pela actual existência de “783 postos de venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias”.

José Sócrates sublinhou ainda que “depois de dois anos de concurso, depois de duas providências cautelares e depois de outras duas acções principais, aqui está a farmácia do Hospital de Santa Maria, que marca um antes e um depois na política de acesso ao medicamento”.

Já a ministra da Saúde, Ana Jorge aproveitou a oportunidade para salientar que o atraso na introdução da venda de medicamentos em unidose se deve às providências cautelares interpostas por farmácias particulares para impedir a abertura de farmácias em hospitais, onde está previsto arrancar a comercialização por unidose.

A farmácia do Hospital de Santa Maria é a terceira farmácia hospitalar a abrir em Portugal, depois de Leiria e de Coimbra. As próximas são as de Faro, Penafiel e Hospital de S. João, no Porto.

Paulo Pedroso, candidato à Câmara Municipal

“Recuperar décadas que Almada perdeu com o PCP”

“O maior desafio político da minha vida” é como Paulo Pedroso classifica a sua candidatura à presidência da Câmara de Almada, até porque, explica, “o tempo que se perdeu com 35 anos de gestão do PCP, quero recuperá-lo nos próximos oito”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS considera que “as potencialidades naturais” do concelho precisam de outro aproveitamento, como, por exemplo, a “jóia da coroa” que é a frente de praias da Costa de Caparica, “deixada ao abandono” por uma gestão camarária “cansada e incapaz de gerar projectos de futuro”.

Gerir uma câmara é um desafio que o motive?

É o maior desafio político da minha vida. Quando Eduardo Pereira há 12 anos atrás me falou pela primeira vez em candidatar-me, era eu presidente da Concelhia, achei que ainda era demasiado novo. Acho, sem falsas modéstias, que o que fiz nas políticas sociais, no emprego, no lançamento de novas políticas, me deu uma experiência que me permite estar agora preparado para esse desafio.

Muitas pessoas associam Almada com o PCP. Acha possível ganhar a câmara?

Claro. Basta ter o melhor programa e maior capacidade de ouvir os cidadãos que os outros candidatos e estou totalmente empenhado em ambas as tarefas. Em democracia não há eleições ganhas antes de acontecerem e os eleitores são os únicos donos dos seus votos. Trinta e cinco anos depois, o PCP tem uma gestão cansada do concelho, está voltado para o seu passado, é incapaz de gerar projectos de futuro. A actual presidente de câmara leva 22 anos de mandato. Se a limitação de mandatos autárquicos não tivesse uma cláusula excepcional nem sequer poderia candidatar-se e será lançada apenas para tentar enganar os eleitores. No PCP os candidatos são descartáveis. Os eleitores não sabem em quem votam. Seja quem for que se apresenta é o Comité Central que decide quem fica e quem sai. Não precisamos de ir longe para o saber. Veja o que aconteceu neste mesmo mandato na Moita e em Setúbal.

Como vê hoje o papel de um presidente de Câmara?

Diria que é o médico de família da vida urbana. Não deve interferir no que funciona bem e deve corrigir o que funciona mal para que se libertem mais energias para potenciar os aspectos positivos. Deve procurar as doenças, com bons diagnósticos quando elas ainda não são visíveis a olho nu e evitar que elas se desenvolvam. Tradicionalmente via-se o presidente

de câmara como o governador de cidade, alguém que procura controlar tudo, que vive mal com poderes exteriores a si. Essa atitude não corresponde às necessidades de gestão das grandes cidades, nas quais o presidente de câmara tem que estar sempre em articulação com o Governo, com as empresas, com os representantes dos trabalhadores e dos cidadãos.

Que visão tem para Almada?

Vejo-a como a cidade entre águas, que vai do Tejo ao mar, como núcleo urbano fundamental de uma grande cidade do sul do Tejo, conjuntamente com o Seixal, o Barreiro e Sesimbra. Juntos, os nossos municípios fazem uma nova centralidade que pode e deve competir com Sintra e Cascais. Não há razão para não competirmos com esses concelhos. Falta-nos é protagonismo e estratégia.

Nas últimas décadas, Almada tem procurado ser o braço esquerdo de Lisboa. Essa estratégia permitiu o crescimento do concelho. Mas esse crescimento foi desordenado, criou pressões insuportáveis sobre as acessibilidades, dificultou a afirmação da vida urbana própria e, sobretudo, assenta num enorme sobre-esforço das populações apanhadas no movimento pendular. Vejo Almada como parte de uma cidade do sul do Tejo, que usufrui da sua pertença à Área Metropolitana de Lisboa, mas que se afirma nela autonomamente.

As potencialidades naturais do concelho precisam de outro aproveitamento: a frente de costa, a frente ribeirinha, o ambiente urbano, os equipamentos sociais fazem de Almada, se bem gerida do ponto de vista urbanístico, o ponto onde se pode encontrar a melhor relação qualidade-preço para diferentes estilos de vida urbanos, como para a localização económica que dependa de força de trabalho de qualificação intermédia e superior.

Nessa visão da cidade, que papel têm as praias e a Costa da Caparica em particular?



A frente de praias é a nossa jóia da coroa, mas tem sido muito maltratada. Esta é a grande praia da capital do país, tem relevância e interesse nacional, mas tem sido deixada ao abandono. O Polis começou a inverter a situação, mas quase tudo está por fazer.

Da Trafaria à Fonte da Telha, devemos ter uma visão integrada, que obedeça ao conceito de praia de todo o ano e combata a forte sazonalidade. Temos que criar condições de acessibilidade que permitam a todos o acesso à praia mas não pactuem com o caos e a desordem a que assistimos, nomeadamente no estacionamento. Há, naturalmente, uma capacidade de carga que não pode e não deve ser ultrapassada. O que não percebo é porque é que o acesso, dentro desse limite, tenha que ser desconfortável. A minha ideia é a de que deve haver parques de estacionamento bem delimitados e acessíveis, o estacionamento desordenado não deve ser permitido e deve ser criada uma navette ecológica, em que um meio de transporte público garanta o acesso de todos a todas as praias. Quem quiser ir de carro até à areia, naturalmente terá que pagar essa comodidade a partir do momento em que haja uma boa alternativa de transporte público.

Evidentemente, que o metro tem que ser completado e chegar à Costa o mais depressa possível.

É uma das grandes prioridades do primeiro mandato.

Mas o metro do Sul do Tejo não é um grande investimento no concelho?

Claro. O problema é que este é um grande projecto mal gerido. O traçado, no concelho, foi da responsabilidade da Câmara Municipal e desde cedo que se percebeu que tinha vários erros. A localização das estações também não é, em mais que um local, a adequada. As obras foram mal geridas. Devemos ao PCP de Almada três anos a mais de obras e três anos a menos de fruição do metro. Acresce que tudo foi atabalhoadamente planeado, nada foi faseado. As dificuldades da CDU em gerir processos complexos fizeram Almada perder cinco anos em obras, fizeram os agentes económicos, nomeadamente os comerciantes perder muito dinheiro e provocaram aos cidadãos um incómodo tal que muitos se viram contra o metro, que é, afinal, um grande progresso.

Quer isso dizer que acha que a relação do metro com a cidade não está a correr bem?

Não é só o metro. O Plano de Mobilidade actual não funcionou. Agora há que revogá-lo imediatamente e começar de novo para repor ordem na circulação na cidade e acabar com o actual tor-

mento e a dor de cabeça que é atravessá-la hoje.

A situação que descreve é extremamente prejudicial para o concelho.

Está a matar o centro urbano e isso pode ser fatal para as aspirações da cidade. No século XXI uma cidade tem que ser viva a todas as horas do dia, respeitar diferentes estilos de vida e uma cidade sem centro não o consegue ser. Quero o comércio a abrir mais cedo, a fechar mais tarde, a trazer mais pessoas para o centro, a que elas se sintam seguras e a que do centro irradie para todo o concelho uma vitalidade compatível com as exigências dos municípios. Aliás, em Almada os municípios fazem coisas admiráveis. Estão é muito desapegados.

Mas o concelho tem também grandes problemas sociais.

Sem dúvida. Desde logo o problema da habitação continua por resolver. Trinta e cinco anos depois do 25 de Abril continuam a crescer os bairros clandestinos, continua a haver bairros sem água canalizada e construíram-se guettos que são um barril de pólvora à espera de explodir. A política de habitação do município é decepcionante. Bem perto de nós, municípios que tinham problemas de habitação mais graves há uma década já os resolveram ou estão à beira de resolver, em Almada, para já, reina a impotência e o erro. A má política de habitação potencia todos os outros problemas sociais e convive com um apartheid social, com um concelho fracturado que não pode deixar tranquila nenhuma alma de esquerda.

Essa fractura social pode gerar outros problemas?

Já está a gerar. Ainda não somos uma cidade insegura, mas cresce o sentimento de insegurança e é preciso cortar esse mal pela raiz.

Perspectiva, então, muito trabalho à sua frente?

Por isso disse que é o maior desafio político da minha vida e, digo agora, é o mais difícil. Porque o tempo que Almada perdeu nestes trinta e cinco anos com o PCP, quero recuperá-lo nos próximos oito. Não me cansarei de pedir aos eleitores de Almada que não deleguem noutros a sua escolha nas autárquicas. Nas últimas eleições, mais de metade dos eleitores ficou em casa. Estavam cansados do actual poder mas não acreditaram nas alternativas. Vou fazer tudo para que desta decidam ir votar.

Encurtados prazos do reembolso do IVA

Baixar até ao final do ano o prazo dos reembolsos do IVA mensal de 30 para 20 dias, e do trimestral 106 para 60 dias, foi uma das medidas que o primeiro-ministro apresentou durante o debate quinzenal do passado dia 8 de Abril na Assembleia da República.

Também no âmbito do apoio às pequenas e médias empresas até 50 trabalhadores, o Governo anunciou que vai ampliar a linha de crédito dos actuais de 600 para 800 milhões de euros.

FACE à urgência de encontrar mecanismos sustentados de ajuda às micro, pequenas e médias empresas (PME), o Governo foi ao Parlamento anunciar mais um conjunto de iniciativas com o objectivo de minimizar os graves problemas com que as empresas se defrontam em consequência da grave crise internacional.

O aumento em mais 200 milhões de euros na linha de crédito, que passará dos actuais 600 para 800 milhões de euros, representa, na opinião do primeiro-ministro, a confirmação de que as ajudas governamentais, “têm constituído um factor de estabilidade”, o que é demonstrado, como disse, pelo sucesso alcançado por esta iniciativa, à qual recorreram mais de 25 mil empresas, 20 mil das quais PME, absorvendo as linhas de crédito abertas pelo Executivo e postas à sua disposição, verbas que totalizaram cerca 2,6 mil milhões de euros.

Em relação ao passado, Sócrates

recordou que nos governos do PSD/CDS-PP, em 2003, o prazo do reembolso do IVA mensal era no mínimo de 66 dias, enquanto o trimestral se situava nos 196 dias, cenário que com o actual Governo, como acentuou, sofreu um profundo ajustamento.

Portugal situa-se agora no leque dos países europeus onde se demora menos a devolver o IVA às empresas, o que faz com que “estejamos na linha da frente dos países com maior eficiência fiscal”.

Reduções para a Segurança Social

O primeiro-ministro referiu-se também a um dos expedientes já anteriormente propostos pelo Executivo, a redução das contribuições para a Segurança Social em 3% para os trabalhadores com mais de 45 anos de idade que, trabalhem em micro ou em pequenas empresas, iniciativa que, na perspectiva de José Sócrates,



“está a demonstrar não se tratar apenas de uma “medidazita” como a catalogou a oposição, mas antes, “de uma iniciativa de peso e de grande significado para a estabilização das empresas e do emprego”, uma vez que a ela já recorreram “mais de 134 mil

trabalhadores e perto de 53 mil empresas”.

Acerca do programa de qualificação e emprego o primeiro-ministro recordou, por outro lado, que só no sector automóvel estão envolvidos mais de 3300 trabalhadores, que neste momento

têm emprego “graças à opção do Governo em ter avançado com esta medida”.

Quanto às diversas iniciativas que o Executivo tem vindo a tomar no combate ao desemprego, e os resultados entretanto atingidos, José Sócrates recordou, por exemplo, que em relação aos estágios profissionais, e desde Janeiro, registam-se perto de 7440 candidaturas apresentadas, enquanto no apoio à contratação de jovens, os resultados anunciam um saldo “muito positivo”, já que perto de 4340 jovens encontraram entretanto trabalho com um contrato sem termo, e que, simultaneamente, o programa de contratação de desempregados de longa duração, iniciativa “que tem vindo a responder de forma muito satisfatória”, integrou, até ao momento, no mercado de trabalho, perto de 933 cidadãos que se encontravam privados de um emprego.

Também as diversas iniciativas empreendidas junto e com as Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), mereceram da parte do primeiro-ministro um rasgado elogio, tendo a este propósito referido que já foram apresentadas 19377 candidaturas e 8689 trabalhadores já iniciaram funções. Números que para José Sócrates “mostram que os portugueses estão a acolher positivamente o esforço sério e honesto do Governo para promover o emprego”. **R.S.A.**

120ª ASSEMBLEIA DA UIP

ROSA ALBERNAZ REELEITA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

A DEPUTADA socialista Rosa Albernaz, representante do Grupo Geopolítico dos “Doze Mais” (Europa, Austrália e Nova Zelândia) de que Portugal faz parte, foi reeleita, por unanimidade, vice-presidente da 3ª Comissão Democracia e Direitos Humanos da Assembleia da União Parlamentar (UIP).



Durante os trabalhos desta Comissão, que decorreram em Addis Abeba, na Etiópia, Rosa Albernaz fez uma intervenção sobre o tema “Liberdade de expressão e o direito à informação”, defendendo que estes “são direitos fundamentais que permitem às pessoas, isoladas ou em grupo, proteger os seus direitos e participar de forma consciente no processo democrático, fortalecendo assim a democracia representativa”.

E considerou que os parlamentares têm “o dever de apresentar iniciativas legislativas no sentido de levar os governos a implementar leis que visem o acesso livre à informação e fortaleçam a transparência, de modo a serem criados esquemas eficazes de disponibilização de informação”.

Segundo a deputada do PS, “essa informação deve estar assente numa perspectiva de diálogo entre os cidadãos e os seus representantes eleitos que se apresente como uma ferramenta vital para uma efectiva participação nos processos de decisão e na liberdade de expressão”.

Na perspectiva de Rosa Albernaz só o “acesso a uma informação livre e genuinamente independente é a chave a ser utilizada no combate à corrupção”, pois, frisou, “permite que as decisões tomadas sejam tomadas públicas e estes terão a tendência a ser baseados em razões objectivas e justificáveis”. **J.C.C.B.**

Governo revê regras do sigilo bancário

ACABA de ser aprovado na generalidade pelo Governo uma proposta de lei na qual se estabelecem as regras e mecanismos em relação ao levantamento do sigilo bancário.

Como assegurou Pedro Silva Pereira, no final do Conselho de Ministros, a proposta do Executivo tem por objectivo potenciar uma mais adequada proporcionalidade, entre a “eficácia da administração fiscal e os direitos dos contribuintes”.

Para o ministro da Presidência, o diploma vai permitir que a administração fiscal passe a ter acesso directo a contas bancárias, “mediante despacho do director geral dos Impostos a partir de motivações indiciárias”, anulando assim o recurso com efeitos suspensivos associado ao sigilo bancário.

Combate ao enriquecimento injustificado

O diploma prevê ainda que em 2010, a administração fiscal possa passar a penalizar com uma taxa de 60% o enriquecimento patrimonial injustificado superior a 100 mil



euros. Para o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, a nova legislação vai tornar o processo “mais expedito” uma vez que permite que a administração fiscal passe a solicitar de “forma fundamentada” o acesso às contas bancárias sem prévia autorização judicial ou do contribuinte.

A novidade, disse ainda o titular das Finanças, é que o contribuinte pode continuar a recorrer da decisão, sem contudo, como sucede

no actual regime, possa ter “efeitos suspensivos”.

Na apresentação da proposta de lei aprovada na generalidade, mas que ainda será sujeita a audições de especialistas no domínio tributário, Teixeira dos Santos não deixou de recordar que a administração fiscal “está sujeita a mecanismos de controlo interno, político e dos tribunais”, o que, em sua opinião, “garante e assegura o respeito pelos direitos dos contribuintes”. **R.S.A.**

Primeiro-ministro elogia reforma do mapa judiciário



A REFORMA do mapa judiciário constitui um documento realista, considerou o primeiro-ministro, para quem a sua aplicação será agora objecto de uma utilização faseada de modo a permitir, como realçou, “testar os resultados no terreno”, devendo depois “prosseguir após uma primeira avaliação”.

José Sócrates falava na cerimónia de lançamento da reforma do mapa judiciário, que decorreu no Palácio da Justiça de Sintra, iniciativa que serviu para assinalar a entrada em funcionamento de três comarcas-piloto, Grande Lisboa Noroeste, Alentejo Litoral e Baixo Vouga.

Sócrates sublinhou que desde que assumiu o cargo de primei-

ro-ministro, “já lá vão quatro anos”, cedo compreendeu serem estas as reformas “absolutamente essenciais” para o futuro do país, reconhecendo, contudo, que apesar de se tratar de um assunto que é transversal a toda a sociedade portuguesa, e sobre o qual teoricamente todos mostram estar de acordo, o problema que se coloca, disse, é quando “alguém as decide executar”.

Também o ministro da Justiça, Alberto Costa, se referiu a esta reforma, classificando-a de necessária, lembrando que ela é “exigida pelos operadores judiciários há décadas”.

O novo mapa judiciário, acrescentou, pretende aperfei-

çoar as respostas, nomeadamente melhorando o acesso dos cidadãos à Justiça, abrindo-se, por outro lado, como defendeu, “a uma maior igualdade territorial”.

Costa recordou ainda que a nova lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais aposta na especialização e que o aumento dos Departamentos de Investigação e Acção Penal (DIAP) significa “um reforço da capacidade no combate ao crime”.

Segundo dados revelados, o novo mapa judiciário vai, nesta primeira fase, abranger cerca de 600 funcionários judiciais e mais 200 procuradores do Ministério Público e juizes. R.S.A.

Combate aos crimes com armas e à criminalidade organizada é prioridade

AS ORIENTAÇÕES da política criminal para 2009/2011 foram vertidas para uma proposta de lei que tem como prioridades específicas a prevenção e o combate aos crimes cometidos com armas e o combate à criminalidade organizada e violenta.

De acordo com o diploma aprovado no Conselho de Ministros de 9 de Abril, são considerados de investigação prioritária as agressões contra agentes das forças de segurança, os crimes cometidos nos Tribunais, escolas e hospitais, bem como os crimes contra o sistema financeiro.

No final do Conselho de Ministros, o titular da pasta da Justiça afirmou que “passa a haver uma especificação em torno das armas, que estava implícita,



mas que agora é expressamente focada. Como também é focada a promoção da celeridade processual, já que o atraso dos processos comporta prejuízos dos pontos de vista da preven-

ção e da repressão dos crimes cometidos”. Estas orientações vinculam o Ministério Público, os órgãos de polícia criminal e os serviços da Administração Pública.

OPINIÃO



FRANCISCO
MADELINO
Presidente do IEFP

A política económica deve baixar os juros para estimular o crédito, nomeadamente ao investimento, e estimular a despesa pública

MEDO, POPULISMO, DEMAGOGIA E CRISE ECONÓMICA

Há crise económica em Portugal ou no mundo? Esta pergunta pode parecer idiota, tal a evidência. Andam por aí certos “teóricos” que nos querem convencer que a crise em Portugal tem justificação endógena. É uma crise ímpar desde a crise dos anos 30. Ninguém está a passar por ela incólume.

O Banco de Portugal apresentou uma estimativa de redução do Produto português abaixo dos 3% negativos – será isto uma anomalia na Europa e no mundo? Em três meses, entre Outubro de 2008 e Janeiro de 2009, as estimativas macroeconómicas para 2009 degradaram-se em quase todos os países. Na Espanha de -0,2% para -2%, na Irlanda de -0,9 para -5%, na França de 0 para -1,8% e de 0,2% para -1,8% na globalidade da União Europeia. Portugal passou, nestas estimativas da Comissão, de 0,1 para -1,6%, ou seja das menores reduções. Desde aí, a generalidade das projecções pioraram. Já em Fevereiro o BCE previa, para a área euro, uma descida entre -2,2 e -3,2%, apenas um mês depois. O Banco de Portugal apresentou agora um valor estimado de -3,2% para Portugal, neste contexto de grande incerteza das projecções. Na Europa, não fomos daqueles em que a recessão se esteja a manifestar de forma mais acelerada. Há por aí reduções mais significativas. Veja-se a Irlanda!

Que dados existem para provar que há recessão em todo o mundo? A redução do crescimento das principais economias mundiais, o colapso do comércio mundial (a OMC prevê uma descida do comércio mundial para 2009 de -9%) e a inversão histórica da inflação (sem paralelo desde a década de 50).

O que deve fazer a política pública neste cenário? A política económica deve baixar os juros para estimular o crédito, nomeadamente ao investimento, e estimular a despesa pública. É o que tem sido feito na generalidade do mundo. Tudo isto a par dum grande esforço para estabilizar o sistema financeiro, não para ajudar os banqueiros, como diz a demagogia, mas garantir os depósitos e as poupanças das pessoas e permitir a intermediação financeira da sociedade, ou seja, o investimento e as empresas.

E Portugal o que fez? Portugal, e foi mesmo dos primeiros a actuar no mundo para dinamizar a economia e o emprego. A Iniciativa para o Investimento e o Emprego, da qual faz parte a Iniciativa Emprego 2009, esta suportada por uma revisão em sede de Orçamento Suplementar que afectou mais 30% de despesa dirigida a promover o emprego, num total adicional de 580 milhões de euros, insere-se nesta lógica. Logo em Dezembro definimos a nossa intervenção, e em finais de Março já existiam as medidas a funcionar. Hoje já há cerca de 60 mil pessoas estão envolvidas nestas novas medidas.

Não há então erros ou problemas nacionais que justifiquem a crise? Há razões estruturais para os nossos problemas de competitividade. Há um défice estrutural histórico de qualificações e de competências. Há instituições e convenções que precisam de ser modernizadas e qualificadas. O problema resolve-se com intervenções e reformas persistentes neste domínio. O Programa Novas Oportunidades, as reformas na Educação e na Administração Pública, são exemplares neste domínio.

Errou Portugal ao apostar nas exportações desde 2005? Só poderia ter apostado nos mercados externos, aliás o desafio mais exigente, e só possível com uma sociedade mais produtiva e competitiva. Num país com o nosso défice externo histórico, de séculos e não de agora, a solução só pode estar no crescimento das exportações. Como se esperaria que uma redução no comércio mundial e com a recessão dos nossos mercados exportadores (EUA e área euro) a economia nacional não fosse afectada?

Desemprego inevitável? Pior em Portugal? Se o crescimento se reduz é impossível não haver pressão para haver desemprego. A economia nacional porém estaria pior nesta matéria sem as reformas referidas atrás. Importa verificar, no mercado de trabalho, os desempenhos piores da Espanha, Estados Unidos, Irlanda. No primeiro, o desemprego estava há um ano em 9%, um ano depois estava próximo dos 15%, na Irlanda abaixo dos 5 passou para os 9% e nos Estados Unidos dos 5 para valores próximos dos 9%.

O medo e o populismo ajudam a ultrapassar a crise? O medo nunca serve para ultrapassar nada. Asfixia, paralisa, quando muito faz berrar. Há muito disto na Lusitânia. E o populismo caricatura os problemas, dá bodes expiatórios, mas não os resolve. Politicamente, além de perigoso, vira o feitiço contra o feiticeiro. Na esquerda é mesmo imoral!

PS – o partico

A escolha de Vital Moreira como cabeça-de-lista às eleições europeias traduz a vontade e a ambição do PS de se abrir ao exterior e ter consigo os melhores e os mais qualificados da vida política, intelectual e universitária de Portugal, garantiu o secretário-geral, José Sócrates, durante a mais recente edição do Fórum Novas Fronteiras, que decorreu no passado dia 18, em Lisboa.

MARY RODRIGUES

“QUISEMOS um universitário, um homem da cultura, um político com ideias e provas dadas ao serviço do país”, declarou o líder socialista, para quem a escolha do constitucionalista de Coimbra representa também “uma aposta do PS nas eleições europeias”.

Depois, salientou que o cabeça-de-lista socialista “não é desses [políticos] que se entretêm a dizer o que não podem fazer”, mas “daqueles que têm ideias, convicções e que não é preciso ler nas entrelinhas”.

Vital Moreira “é um dos rostos da esquerda democrática e moderna em Portugal”, é um “político experiente, capaz e competente”, disse Sócrates, afirmando que “o que o país não precisa é da política do recado, do remoque, do pessimismo, do bota-abaixismo, da crítica fácil”.

De seguida, o secretário-geral lembrou que o nosso partido “sempre acreditou na Europa” pois a Europa é “a melhor forma de defender os interesses nacionais”.

“Só o PS podia ter este *slogan* ‘Nós, Europeus’. Sim. Nós, portugueses e nós, europeus. A mesma aventura. A mesma sorte”, sustentou, apontando a abstenção como “o principal adversário” nas eleições europeias.

“Nunca Portugal precisou tanto como agora da Europa”, afirmou, para logo considerar que “a Europa protege-nos da crise” e que “em conjunto com os outros respondemos melhor”.

Para Sócrates, a actual crise mundial reclama “uma Europa mais forte”, e ela consegue-se, defendeu, “com mais adesão nas eleições europeias”.

Antes de terminar a sua intervenção, Sócrates deixou bem claro que o PS não tem medo de discutir questões nacionais durante a campanha eleitoral para as europeias, até porque, sublinhou: “Temos muito orgulho no trabalho que fizemos”.

Sobressalto cívico

Também o camarada Jorge Sampaio, presente na sessão realizada na sala Tejo do Parque das Nações, considerou que as questões internas do país serão necessariamente discutidas durante o debate para as eleições europeias, porque são assuntos “inseparáveis”.

O antigo Presidente da República defende a causa europeia, por isso participou no fórum sobre as questões da União, quando faltam pouco mais que dois meses para as eleições para o Parlamento Europeu.

“Como pró-europeu que sempre fui, porque entendo que cada vez é necessário mais Europa, a Europa é crucial”, disse.

Sobre o seu reaparecimento em eventos políticos, Sampaio destacou que esta intervenção é “um contributo” para uma das causas que defendeu ao longo de dez anos na Presidência da República.

“Nós precisamos da Europa, mas temos muito que dar à Europa”, sustentou, defendendo ser “imperioso e urgente mobilizar os cidadãos”, uma vez que o “desinteresse é manifestado por 60% da população”.

Neste sentido, pediu um “sobressalto cívico” para essa mobilização, uma vez que a Europa é a “melhor garantia” para o futuro de Portugal.



“Chegou o momento de unir esforços para criar um sobressalto cívico”, disse, sublinhando que “o projecto político europeu tem de ser permanentemente mobilizador dos cidadãos, da sua imaginação e da sua criatividade”.

As eleições europeias serão, na opinião de Sampaio, “uma ocasião fundamental para afirmar, reforçar, inovar, propor e aprofundar a ideia europeia”.

Aos candidatos ao Parlamento Europeu que integram a lista encabeçada por Vital Moreira, o

antigo Presidente da República lançou um desafio: que “não fiquem amarrados pelo peso relativo – sem dúvida pequeno” que Portugal tem no conjunto e que se lembrem dos “vários exemplos de como os portugueses e as portuguesas têm contribuído para a construção europeia”.

“Portugal não pode contentar-se com uma posição passiva ou conformista no processo de construção europeia, definindo-se casuisticamente em função das estratégias de terceiros. Portugal

não pode estar apenas na defensiva. Nem lá, nem cá, nunca na defensiva”, sustentou.

Para Jorge Sampaio, “o futuro de Portugal e da União Europeia estão indissociavelmente ligados” e as agendas interna e europeia “são cada vez mais interdependentes e interligadas”.

Abstenção é o inimigo

Na mesma linha de raciocínio, Vital Moreira salientou que os candidatos se apresentam a su-



do da Europa



frágio no dia 7 de Junho “na condição de cidadãos europeus e no gozo da cidadania europeia”.

“Custa admitir que quem rejeita esta cidadania ouse disputar sem problemas de consciência estas eleições”, afirmou o candidato ao PE, para quem “é como cidadãos europeus que podemos melhor defender os interesses de Portugal”.

Vital Moreira garantiu que dará maior “atenção” aos aspectos directamente relacionados com a Europa, alegando que “os deputados que vão para o Parlamento Europeu vão aprovar leis europeias, o orçamento europeu, escrutinar as questões europeias, debater opções europeias”.

No entanto, assegurou estar “pronto” se “quiserem discutir outras coisas”.

Quanto à abstenção, disse ser “um inimigo para quem acha que as eleições são um elemento fundamental da cidadania”.

“Uma das minhas tarefas tem sido pôr em relevo a importância da União Europeia, do Parlamento Europeu, das eleições europeias para a nossa vida quotidiana, porque os nossos interesses dependem das leis europeias em tanta coisa e

os cidadãos nem se dão conta”, argumentou Vital Moreira.

O candidato do PS salientou, porém, que a abstenção nas eleições europeias “não é um problema português”.

“A cidadania custa a construir. Implica esforço, consciencialização, informação, preocupação, interesse, investimento, dos partidos, das organizações, dos sindicatos, dos *media* e dos cidadãos. Eu faço a minha parte, como candidato”, disse Vital Moreira, para depois rematar: “Connosco, a União Europeia e Portugal ficarão em boas mãos no Parlamento Europeu”.

Refira-se que, durante o Fórum das Novas Fronteiras dedicado ao tema “Nós, Europeus”, foi apresentada a lista dos candidatos ao PE, tendo a sessão contado com intervenções de António Vitorino e Maria João Rodrigues, do Conselho Coordenador do Fórum Novas Fronteiras, do professor catedrático António Covas, de Helena André, da Confederação Europeia de Sindicatos, da directora da ExperimentaDesign, Guta Moura Guedes, e de Ana Maria Fernandes, presidente da EDP Renováveis (*ver destaques*).



António Vitorino
Conselho Coordenador das Novas Fronteiras

“Temos muito orgulho de que o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu tenha saído do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras”



Maria João Rodrigues
Conselho Coordenador das Novas Fronteiras

“A Europa tem uma responsabilidade particular para encontrar a solução da actual crise, mas primeiro precisa de arrumar a casa”



António Covas
Professor catedrático

“É necessário consolidar, explicar e evidenciar o acervo conceptual do novo modelo de desenvolvimento que se avizinha. Será preciso reprogramar políticas e reprogramar o QREN”



Helena André
Confederação Europeia de Sindicatos

“Valeram a pena os esforços para controlar o défice orçamental, porque neste contexto de crise é possível mais e melhores apoios sociais, ainda mais rápidos do que os dos nossos parceiros europeus”



Guta Moura Guedes
Directora da ExperimentaDesign

“Acredito que a cultura será, certamente, a única base para a construção de uma nova Europa”



Ana Maria Fernandes
Presidente da EDP Renováveis

“A área das energias renováveis são um excelente exemplo da capacidade de antecipação e da visão portuguesas. Portugal tem um papel central a desempenhar na Europa”

Idalino José, candidato à câmara

“Colocar Sines no pelotão da frente dos concelhos mais desenvolvidos do país”

A modernização e o desenvolvimento do concelho de Sines, a par da melhoria da qualidade de vida dos sinienses motivam a candidatura de Idalino José, um homem da terra que, em entrevista ao “Acção Socialista”, garante empenhamento e disponibilidade total para este projecto autárquico.

Convicto de que a participação dos cidadãos deve ter um papel central na gestão camarária, critica o imobilismo do Executivo CDU e comenta a actual luta de poder e a divisão comunista, centrando-se contudo nas prioridades estratégicas da sua proposta eleitoral.

Que significado tem a escolha do seu nome para encabeçar a candidatura socialista à Câmara de Sines?

A candidatura do Partido Socialista nesta conjuntura política tem toda a relevância para garantir um novo ciclo político de modernização do concelho de Sines, numa perspectiva de coesão social e territorial feita com as pessoas e para as pessoas. Para a concretização deste objectivo, o presidente da Câmara tem que ser um factor de estabilidade política, com capacidade para unir os sinienses em torno de um projecto mobilizador, capaz de colocar Sines no pelotão da frente dos concelhos mais desenvolvidos do país.

Estão criadas as condições, no seu entender, para que a força da mudança do PS chegue a este concelho?

Mais do que nunca essas condições estão criadas. Por um lado, porque o nosso projecto é fundamental para Sines, já que temos um projecto modernizador do concelho que aposta na participação efectiva dos sinienses. Por outro lado, tendo em conta a fragmentação eleitoral da CDU em duas candidaturas, há uma divisão de votos na área comunista que propicia uma vitória do Partido Socialista.

Quais são os principais constrangimentos com que se defronta Sines hoje?

É reconhecido que Sines não tem hoje um verdadeiro projecto integrado de cidade. É notória a degradação do seu centro histórico. As questões ambientais continuam na ordem do dia e importa resolvê-las. Além disso, há muito a fazer para a melhoria dos cuidados de saúde e não há uma efectiva participação dos cidadãos na coisa pública.

Que estratégia seguirá para conquistar a autarquia?

A estratégia da minha candidatura passa fundamentalmente por criar condições de participação

efectiva dos cidadãos na vida do concelho, ouvir as pessoas e actuar de acordo com o seu sentimento e aspirações e neste sentido mobilizar os cidadãos para a construção de uma cidade mais humanizada.

Como descreve a actuação do Executivo CDU?

Em primeiro lugar é de referir que a minha candidatura se orienta por três preocupações: valorizar o que de bom foi feito, corrigir o que está mal feito e concretizar um projecto de modernidade para Sines.

Neste aspecto, e desde logo, há que apostar na requalificação urbana, com prioridade para os centros históricos de Sines e Porto Covo, na qualidade ambiental e na melhoria dos cuidados de saúde. Situações estas que nunca tiveram o empenhamento necessário do Executivo CDU e de Manuel Coelho.

Recentemente, o edil Manuel Coelho Carvalho anunciou que vai recandidatar-se à presidência da Câmara como independente. Que comentário lhe merece esta dissidência da CDU?

Se, por um lado, a minha candidatura cria uma pluralidade democrática no concelho, que ao fim de 33 anos é louvável, ela constitui também um grande desafio para mim, uma vez que cria, ela própria, uma excelente oportunidade para o Partido Socialista.

Quanto à candidatura “independente” de Manuel Coelho, penso que é o resultado de uma luta interna pelo poder, como aliás é referido por Francisco Pacheco, actual candidato da CDU à Câmara de Sines quando assume publicamente que não entende a saída de Manuel Coelho do PCP como uma rejeição do ideário comunista e disse não acreditar que, depois de 35 anos no PCP, lhe surgissem agora divergências ideológicas.

Quais as bandeiras que vai apresentar para promover o desenvolvimento sustentável do município?



“É vital que os cidadãos se envolvam num compromisso de desenvolvimento do seu concelho, nas seguintes áreas prioritárias: requalificação urbana e ambiental, reforço das áreas da saúde, educação e acção social, uma forte aposta no associativismo local, desenvolvimento da plataforma marítimo-portuária e relançamento dos sectores tradicionais como as pescas e o turismo”

É fundamental que o Executivo valorize a participação dos cidadãos na vida política local, para que estes sintam que as suas opiniões influenciam as decisões do poder.

Nesta perspectiva, é vital que os cidadãos se envolvam num

compromisso de desenvolvimento do seu concelho, nas seguintes áreas prioritárias: requalificação urbana e ambiental, reforço das áreas da saúde, educação e acção social, uma forte aposta no associativismo local, desenvolvimento da plataforma marítimo-portu-

ária e relançamento dos sectores tradicionais como as pescas e o turismo.

Como espera que seja o relacionamento de um futuro Executivo PS em Sines e o Governo Central?

Pautarei a minha conduta na defesa intransigente dos interesses de Sines e dos sinienses, valorizando a cooperação institucional e não o conflito, independentemente do Governo da nação.

O que pode esperar Sines e os municípios de Idalino José na liderança da câmara?

Os municípios podem contar com o meu profundo empenho, dedicação e sensibilidade para a resolução dos problemas de cada um. Os sinienses podem contar com a minha total disponibilidade para tudo fazer pela modernização do concelho, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida.

PERFIL

O CANDIDATO socialista à presidência da Câmara Municipal de Sines, Idalino Sabido José, tem 53 anos e é licenciado em engenharia civil pelo IST.

Exerce actualmente as funções de director das Infra-estruturas e Ordenamento da Administração do Porto de Sines.

Foi vereador na autarquia de Sines pelo PS em dois mandatos (1994/1998 e 2002/2005) e é actualmente membro da Assembleia Municipal de Sines pelo PS.

Foi mandatário concelhio, em Sines, das candidaturas de Jorge Sampaio e de Mário Soares à Presidência da República.

Participa activamente na área associativa, exercendo actualmente os cargos de presidente da assembleia geral da Santa Casa da Misericórdia de Sines desde 1995 e de presidente do Conselho Fiscal da Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo “A Gralha”, ambas integradas nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Miguel Ginestal, candidato à Câmara de Viseu “Fazer melhor para todos”

A mudança chegará a Viseu pela mão do PS. Esta a convicção do candidato socialista à câmara local, Miguel Ginestal, que em entrevista ao “Acção Socialista” adianta que no próximo combate autárquico conta com uma equipa “de gente nova” e um programa repleto de “ideias novas”. Transformar Viseu num concelho “dinâmico, aberto, moderno e plural” implicará – garante o candidato do PS – apostar na educação e na qualificação dos viseenses, na cultura, no ambiente, na requalificação do parque habitacional, nos centros urbanos e no centro histórico, bem como na promoção das novas tecnologias, no estímulo à actividade económica, no apoio às famílias e na revisão do PDM.

É inevitável começar por lhe perguntar porque decidiu voltar a candidatar-se contra Fernando Ruas?

Vinte anos de PSD na câmara são tempo demais. Esta maioria está esgotada. O concelho precisa de gente nova, com ideias novas. É preciso definir um novo paradigma para Viseu. Em 2005, apresentei um novo programa e uma nova equipa para Viseu. Os viseenses reforçaram então a confiança no PS. Durante quatro anos fizemos uma oposição forte, mas construtiva. Em 2005, disse que tínhamos deixado uma semente. Tivemos razão antes do tempo, o PSD não conseguiu resolver os problemas estruturais do concelho e tem praticado uma política casuística, do improviso, do impulso, que supõe poder dispensar a ponderação, o debate colectivo.

Viseu é uma cidade bonita. Quem nos visita gosta do que vê. Todos nós temos orgulho da ideia que os outros têm da nossa terra. Mas os tempos agora são outros. Precisamos de olhar mais para as pessoas e para os seus problemas reais. Viseu precisa de mais e melhor emprego, melhores escolas, mais cultura e apoio social. É necessário, pois, uma nova liderança que mobilize os cidadãos. Precisamos que Viseu seja, no futuro, um concelho dinâmico, aberto, moderno e plural. Acredito que vou conseguir fazer isto com a ajuda de todas e de todos os viseenses.

Do seu ponto de vista, qual foi o maior falhanço do último mandato do ainda presidente da Câmara Municipal de Viseu?

A decadência e o abandono do centro histórico da cidade, que arrastou o comércio tradicional para a agonia a par do abandono das aldeias rurais do concelho. Este é o corolário de um PDM errado, com 14 anos, que incentivou a construção na periferia da cidade. De um PDM que obrigou à migração dos mais jovens das aldeias e dos mais idosos da cidade para as freguesias periurbanas. De um PDM cuja consequência foi a desertificação do centro histórico e das aldeias rurais.

De um PDM mais virado para a construção civil, para o loteamento e para a fiscalidade da autarquia do que para o desenvolvimento económico do concelho, com coesão territorial e coesão social. Basta dizer que não existe política económica industrial. Vai para 15 anos que não se instala em Viseu uma indústria que gere pelo menos 50 postos de trabalho.

Em que aspectos é maior a diferença entre o jurássico autarca de Viseu e a modernidade que o camarada representa?

O que vai estar em causa nas próximas eleições autárquicas é o confronto entre duas gerações de políticos: políticos impositivos, autoritários, que apenas sabem concretizar políticas numa lógica do posso, quero e mando, e políticos, onde me incluo, que gostam de trabalhar de forma participada, com propostas mobilizadoras para a inovação. Antes das eleições quero ouvir a sociedade viseense, porque acredito que todos têm algo de positivo para ajudar à boa governação do município. Só mobilizando os melhores conseguiremos encontrar os caminhos que façam de Viseu um concelho com ambição. Conosco o que importa não é fazer mais do mesmo, o que nos mobiliza é fazer melhor para todos.

Num distrito essencialmente laranja julga estarem criadas as condições para que o PS conquiste a autarquia de Viseu? Quais são os nossos trunfos e as nossas bandeiras?

Sei que é um combate difícil. Também era difícil vencer as legislativas em 2005, mas com José Sócrates e José Junqueiro foi possível vencer pela primeira vez em Viseu. É por isso que afirmo que não existem vitórias nem derrotas antecipadas. O meu dever é apresentar ao julgamento democrático dos viseenses um programa moderno e uma equipa competente. Um programa arrojado, um programa mobilizador. É o que farei. A decisão última é dos viseenses. Eu estou preparado para vencer e para governar o município.



A educação e a qualificação dos viseenses, a cultura e as causas ambientais, a reabilitação do parque habitacional do centro da cidade e a requalificação e revitalização do centro histórico, levar a modernidade à cidade e às aldeias com a disseminação das novas tecnologias da informação, o estímulo à família e às actividades económicas com fiscalidade municipal moderada, a revisão do PDM, serão temas com que iremos marcar a agenda política autárquica.

Ao longo da sua experiência enquanto vereador na câmara e feito o diagnóstico do estado do concelho, quais são as suas principais preocupações e prioridades?

Prioridade à educação, terminando com o congestionamento das escolas do ensino básico da cidade e a falta de condições das escolas das aldeias, que não conseguem implementar o Programa Escola a Tempo Inteiro. Só assim poderemos cumprir a nossa obrigação com as crianças e as famílias.

Prioridade à reabilitação do parque habitacional do centro da cidade, atraindo novos habitantes para garantir ritmo urbano permanente.

Fazer do centro histórico um local único para viver e para visitar, animando assim o comércio tradicional e a riqueza histórica, cultural e patrimonial da nossa cidade.

Casar com harmonia as aldeias e a cidade, acabando com o concelho as duas velocidades.

Definir uma política económica

que dê resposta à maior taxa de desemprego da região, cerca de 10%. Acredito nas parcerias público-privadas, mas a GestinViseu é um fracasso que não pode ser replicado no novo Tecnopólo Campo-Lordosa. O absurdo dos 70 euros por metro quadrado praticado no PI Mundão é a principal razão para esse fracasso.

Concretizaremos uma política fiscal municipal moderada, no IMI, IMT, IRS, Derrama, taxas e licenças. Vão acabar 20 anos de impostos municipais máximos.

Poderia destacar os pontos-chave da agenda política do futuro Executivo municipal de maioria socialista?

Eu quero que Viseu seja conhecido no país pela qualidade das suas escolas mais do que pela quantidade das suas rotundas.

Mais que criar equipamentos é preciso dar atenção aos lugares; mais que infra-estruturas é necessário criar fluxos. Lugares e fluxos significam pessoas.

Quero que os equipamentos e infra-estruturas sejam vividos, que sejam socialmente úteis às populações. De que serve muita obra pública que depois não tem utilidade nenhuma? O Pavilhão Multiusos nem para a Polícia Municipal serve! A requalificação do Mercado 2 de Maio retirou as poucas pessoas que ainda havia no centro da cidade. E o mercado municipal está em agonia total.

Não é a quantidade da obra que nos mobiliza, isso é para os políticos

do antigamente. Hoje o que interessa é a qualidade das soluções ao serviço dos cidadãos.

É isso que quero, dar atenção permanente às pessoas. Quero uma governação participada pelos cidadãos, ouvindo e respeitando também a oposição, virando a página de 20 anos de “quero, posso e mando”. Tenho a noção de que as cidades modernas, mesmo as intermédias como Viseu, fazem-se hoje pela comunicação, pela concertação, pelo desenvolvimento de parcerias, no fundo, pela participação dos cidadãos.

Em que consiste esse movimento de ideias e de debate que vai propor aos viseenses?

Consiste em fazer uma reflexão aberta e plural com a sociedade civil, tendo por base as propostas que nestes quatro anos apresentámos na câmara, à luz

da nova realidade em que vivemos hoje, num contexto muito exigente, procurando respostas para ajudar as famílias e as empresas a superar, à escala municipal, a crise económica e social que estamos todos a viver, mas também a projectar Viseu como concelho mais solidário, mais competitivo e mais cosmopolita. As soluções concretas virão com o debate que agora está a começar.

Como vai mobilizar os militantes e motivar o eleitorado para votar em si nas autárquicas deste ano?

Faremos uma pré-campanha e uma campanha eleitoral inovadora, moderna, mas austera. É necessário que a política não dê sinais de ostentação em tempos de crise.

Mas quero que os viseenses tenham confiança num futuro melhor. Será por isso uma campanha à Barack Obama, recorrendo muito à Internet. Quero aproximar os viseenses da política. Quero que os viseenses voltem a acreditar que têm algo a dar para a boa governação do município, sobretudo porque a resposta aos problemas concretos deverá valorizar sempre a proximidade entre a autarquia e os cidadãos.

Viseu é uma terra fantástica, plena de energia e de gente competente. Quero aproveitar esse potencial para afirmar Viseu como uma terra moderna, de cultura, e inovadora. Uma terra solidária, de homens e mulheres que dão o melhor de si. Um concelho solidário, competitivo e cosmopolita.

GONÇALO ROCHA CONTA COM TODOS PARA A MUDANÇA EM CASTELO DE PAIVÁ

NA CERIMÓNIA de apresentação do primeiro cartaz e do "site" da sua candidatura, Gonçalo Rocha salientou "a honra e o orgulho" que sente em protagonizar a candidatura do PS à Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Enaltecendo "a importância que têm os paivenses no seu projecto de mudança", o candidato socialista apelou em Real, sua terra natal, a todos para que se "mobilizem e participem neste desafio de transformar e melhorar a qualidade de vida do nosso concelho".

Para Gonçalo Rocha, "o concelho não pode esperar mais, não pode ficar resignado no cansaço e no deserto de ideias da actual maioria na Câmara Municipal, tem que avançar, tem que ter um rumo novo e fresco, que só a nossa candidatura lhe pode dar".

Por sua vez, Antero Gaspar, líder da bancada socialista na Assembleia Municipal, destacou "as enormes qualidades de Gonçalo Rocha, como o trabalho, o rigor, a competência e a seriedade", que, na sua opinião, "são indispensáveis e fundamentais para protagonizar o projecto de mudança, que tanto o Concelho precisa, para acabar com o desânimo e a descrença que se abateram sobre os Paivenses, fruto da gestão do PSD que nada fez para inverter o rumo da gravíssima situação actual".



PS AVANÇA PARA A CÂMARA DE PENELA COM CANDIDATO JOVEM

RENATO França e Mendes Lopes são os nomes socialistas, respectivamente para a presidência da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Penela, no distrito de Coimbra.

A decisão da escolha dos dois candidatos foi tomada no âmbito da Comissão Política Concelhia por unanimidade, reconhecendo na altura Renato França, que agora há um horizonte de muito trabalho pela frente até às eleições autárquicas, salientando que em política "há sempre alternativas e nunca há vitórias antecipadas".

O candidato do PS à Câmara Municipal de Penela, de 30 anos de idade, é natural e residente na vila de Penela, e engenheiro civil de profissão que exerce no de Condeixa-a-Nova.

Aderiu aos 14 anos de idade à Juventude Socialista, tendo sido presidente daquela estrutura local desde 2006.

Trata-se de uma candidatura jovem, forte, consensual e de unidade, que congrega um forte propósito de vencer as próximas eleições autárquicas em Penela.

Quanto ao candidato do Partido Socialista à Assembleia Municipal, Mendes Lopes, é natural da Venda das Figueiras, Cumeieira, tem 47 anos de idade e é igualmente licenciado em engenharia civil. Conta ainda no seu currículo com uma pós-graduação pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Este militante socialista, membro da Comissão Política Concelhia, foi presidente da Junta de Freguesia da Cumeieira, entre 1997/2001, desempenhando desde 2002 as funções de vereador na Câmara Municipal de Penela. **R.S.A.**



INICIATIVA

Sónia Sanfona é o novo rosto do PS para a Câmara de Alpiarça

"NÃO VEJO a minha candidatura como uma ruptura, porque queremos continuar à frente dos destinos da autarquia. Vejo-a como o início de um novo ciclo, com pessoas, um estilo e forma de estar diferentes", afirmou a candidata socialista à presidência da Câmara de Alpiarça, Sónia Sanfona, manifestando vontade em manter vivo o apoio do movimento "Alpiarça em Razão", que apoiou o PS nas últimas eleições autárquicas.

Para a actual deputada à Assembleia da República, jurista de 37 anos, a sua candidatura à autarquia é um desafio, uma vez que corresponde a um "projecto sustentado, inovador e dinâmico para uma fase difícil". E elege como objectivos "potenciar o trabalho feito, nos últimos 12 anos, que mudaram o rosto de Alpiarça e melhoraram as condições de vida, para toda a população do concelho veja melhorada a sua qualidade de vida".

"O trabalho nunca está todo feito, há sempre muito para fazer, e aceitei este desafio com o mesmo objectivo:



servir os alpiarcenses", acrescentou, sublinhando o apoio dado à sua candidatura pelo ex-presidente da autarquia Joaquim Rosa do Céu, que

suspendeu o mandato em Dezembro de 2008, por ter sido eleito presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo (T-LVT).

Candidato do PS à Câmara de Vouzela acredita na mudança e na juventude

"UM PROJECTO ambicioso, que concretize a mudança de um ciclo político" é o objectivo que norteia a candidatura de Viriato Garcez à presidência da Câmara de Vouzela, de modo a que "o PS regresse às vitórias no concelho".

Viriato Garcez, licenciado em engenharia florestal, afirmou estar "honrado com a confiança depositada para liderar uma equipa jovem, forte, de vouzelenses credíveis, cada um com provas dadas nas suas actividades profissionais".

E sublinhou que a sua candidatura constitui um "imperativo de cidadania", porque enquanto vouzelense está "inconformado com o rumo para que tem sido empurrado o concelho, devido à ausência de políticas assertivas".

Por outro lado, pretende "dignificar a imagem de Vouzela" no contexto regional e nacional, "afirmando o concelho pela positiva,



pelo respeito e pela credibilidade".

Viriato Garcez propõe-se também "apoiar e valorizar a capacidade empreendedora das gentes do concelho", acrescentando que é necessário ter "confiança no futuro", através de uma política que promova "a participação de todos

nas opções de desenvolvimento, assente na relação com as pessoas e com as instituições, nomeadamente o poder central, tratando de forma igual todos os cidadãos no respeito pelos seus anseios e promovendo um apoio rigoroso, transparente e não discriminatório". **J.C.C.B.**

SECÇÃO SECTORIAL DA UGT/CASTELO BRANCO

UM GRUPO de sindicalistas socialistas da UGT avançou para a constituição de uma Secção Sectorial no distrito de Castelo Branco.

Assim, com a perspectiva de um reforço da Tendência Sindical Socialista, o Secretariado da Comissão Política Distrital aprovou em Março a constituição da referida Secção.

Para o efeito, foi designada uma comissão instaladora que promete fazer eleições no próximo ano e é composta pelos camaradas Dias Lopes, Rogério Bentes, Maria Zulmira

Rodrigues, Victor Carmona, Vaz de Almeida, Paulo Ranito, João Dionísio e Joaquim Pinto, também elaborou o plano para 2009.

Entre as linhas de força do documento estão a sindicalização e fidelização da sindicalização, emprego e desemprego, formação, estudo socioeconómico do distrito de Castelo Branco, apoio à informação da vida sindical, interna e externa, a implantação de uma sede na capital de distrito para a UGT, a promoção de uma conferência sobre defesa do

consumidor, um encontro com a Fundação Friedrich Ebert, o diálogo com todos os trabalhadores acerca das dificuldades no mundo laboral e das empresas e a realização de um estudo sobre leis do trabalho, principalmente do último Código Laboral.

"Defender um sindicalismo livre, actuar com moderação e inteligência na sociedade, criar uma estrutura responsável e acreditar numa grande evolução do mundo do trabalho" são os objectivos principais desta recém-criada secção.

Joaquim Garrido é o candidato à Chamusca

O PS da Chamusca escolheu Joaquim Garrido para liderar, como independente, a lista do partido às próximas eleições autárquicas.

Segundo o presidente da Concelhia local, camarada José Augusto Carrinho, a estrutura socialista elegeu por esmagadora maioria um candidato que, acredita, protagonizará a “viragem” num concelho liderado há 30 anos pela CDU.

Trata-se, pois, de numa “opção clara” e “sem qualquer imposição”, assegurou Carrinho, adiantando que Joaquim Garrido respondeu positivamente ao convite que lhe foi feito pelo PS para se candidatar como independente.

Joaquim Garrido é empresário tipográfico e editorial, tem 54



anos e experiência no exercício do poder local.

Ao “Acção Socialista” disse que aceitou o convite do PS por

este constituir um “estimulante desafio” e pela vontade de “mudar a Chamusca”, há 32 anos sob a gestão de Sérgio Carrinho. **M.R.**

PS renova aposta em Odemira

JOSÉ Alberto Guerreiro é o nome indicado pela Comissão Política Concelhia do Partido Socialista para ser o próximo candidato à Câmara Municipal de Odemira.

Os responsáveis do PS/Baixo Alentejo garantem que o próximo ciclo eleitoral vai trazer uma nova etapa política para a região, com novas exigências e novos desafios, o que impele os socialistas a apresentarem em todos os órgãos autárquicos listas renovadas com homens e mulheres “que se revêem na dinâmica socialista”.

Os principais pilares em que o programa distrital do PS se baseia passam pela dinamização do território, crescimento económico, reforço das políticas sociais, aposta na qualificação profissional, reforço do bem-estar e qualidade de vida das populações, nomeadamente através do melhoramento e criação de novas acessibilidades rodoviárias e por políticas sérias em relação ao ambiente.

Na opinião do candidato so-



ras expectativas das populações.

José Alberto Guerreiro tem 45 anos de idade, é licenciado em informática de gestão e em engenharia civil, tendo a sua experiência autárquica começado em 1997, quando foi eleito para a Câmara de Odemira.

Desempenhou o cargo de vereador a tempo inteiro logo a partir de Agosto de 1998, sendo desde então reeleito sucessivamente em 2001 e 2005.

cialista a Odemira, as próximas eleições autárquicas iniciam um novo paradigma de desenvolvimento no concelho, a que “importa responder de forma séria e eficaz”, com políticas que sejam capazes de responder “às inúmeras

está prestes a finalizar, José Alberto Guerreiro desempenhou o cargo de vice-presidente da autarquia, sendo ainda o responsável, entre outros, pelos pelouros do ambiente, habitação, obras, rede viária e espaços urbanos. **R.S.A.**

CIRCULA JÁ A TERCEIRA EDIÇÃO DA NEWSLETTER DA FAUL

A TERCEIRA edição da newsletter da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS já está acessível e destaca um texto de João Serrano onde o coordenador dos deputados de Lisboa na Assembleia da República descreve a actividade parlamentar como corolário da democracia e da necessidade essencial de se “sentir Abril” hoje como há 35 anos.

Também nesta publicação da FAUL os leitores encontram um resumo do que de mais importante aconteceu no quadro da Assembleia da República, bem como o *link* para a biografia do deputado Miguel Coelho, presidente da Concelhia socialista de Lisboa. **M.R.**



VILA REAL DE S. ANTÓNIO VEREADORES DO PS APRESENTAM PROGRAMA DE APOIO AOS DESEMPREGADOS

A CÂMARA de Vila Real de Santo António aprovou uma proposta de candidatura ao programa Contrato Emprego-Inserção, apresentada pelos vereadores socialistas, com vista à realização de actividades socialmente úteis que satisfaçam necessidades do concelho, no sector da construção civil, por desempregados subsidiados por um período de 12 meses.



O objectivo é promover a empregabilidade daqueles que estão sem trabalho, melhorando os seus rendimentos e as suas competências socio-profissionais através da manutenção do contacto com outros trabalhadores e com a sua actividade, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização.

O PS de Vila Real de Santo António considera que “é urgente promover medidas de emprego que vão de encontro às necessidades da população do concelho, muito afectada pela crise generalizada do sector da construção civil, onde a falência de empresas como a espanhola FADESA teve um enorme impacto negativo nos trabalhadores locais do sector”.

Os socialistas defendem assim que “pode ser muito vantajoso, para o município vilar-realense aproveitar a comparticipação de 50% na bolsa mensal complementar, para entidades sem fins lucrativos, estabelecido no programa Contrato Emprego-Inserção, para a realização de obras de beneficiação nos bairros sociais do concelho que acabem com o estado de degradação em que se encontram”.

Num comunicado, o PS de Vila Real de Santo António sustenta igualmente “que este é um exemplo a seguir no futuro, impondo-se a responsabilidade, o dinamismo e a capacidade de enfrentar os problemas, aproveitando os instrumentos colocados à disposição pelo Governo para criar alternativas para os desempregados, frente a medidas avulsas de apoios caritativos que não solucionam os verdadeiros problemas dos vila-realenses”.

SAP DE BRAGANÇA É AINDA UMA EXCEPÇÃO

BRAGANÇA é o único distrito do país onde se mantém um regime de excepção em relação à permanência dos serviços de Atendimento Permanente (SAP) nos centros de saúde.



Esta situação, segundo o presidente do PS/Bragança, em conferência de Imprensa sobre a temática da Saúde, vai prolongar-se até à conclusão das novas estradas no distrito.

A este propósito Mota Andrade recordou que o seu distrito é o único do país que ainda regista um assinalável isolamento, nomeadamente, como acentuou, pela ausência de vias modernas de comunicação.

Esta a razão, afirma o líder do PS/Bragança, porque foi estabelecido um protocolo há cerca de dois anos entre o então titular da pasta da Saúde, Correia de Campos, e as autarquias da região.

Protocolo que, ao abrir a excepção da continuidade do funcionamento dos SAP, permite que o serviço com chamada nocturna ao médico se mantenha, até estarem, como ficou acordado, localizados na região os novos meios de socorro e emergência médica, nomeadamente com a utilização de um helicóptero, que deverá estar disponível dentro de poucos meses.

Recorde-se que as novas estradas já anunciadas pelo primeiro-ministro para o distrito de Bragança, o IC5, o IC2 e a auto-estrada transmontana, cuja construção já foi adjudicada com a conclusão prevista para 2011, são rodovias há muito reclamadas quer por autarcas, quer pelas populações, estruturas que vão ajudar a arrancar a região do isolamento a que têm estado votada. **R.S.A.**

NOVA PÁGINA NA GOVERNAÇÃO DE ALBUFEIRA



NUMA sessão muito participada o PS/Albufeira fez a apresentação de David Martins à presidência do município.

Na sua intervenção, o candidato do PS considerou que o programa que defende para Albufeira “é aquele que o concelho precisa”, garantindo que governará “para todos os cidadãos”.

Este encontro, para além de centenas de militantes e simpatizantes, contou ainda com a presença de vários deputados e do secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade.

Usaram da palavra, entre outros, Miguel Freitas, presidente da Federação do PS/Algarve, que garantiu que os socialistas “não vão a nenhuma eleição só para marcar presença”, enquanto que, por sua vez, o secretário de Estado, Bernardo Trindade, preferiu enaltecer os “privilegiados conhecimentos do candidato do PS”, designadamente, “na área do turismo”.

Já a eurodeputada Jânila Madeira, que depois de recordar que Albufeira “é das cidades portuguesas mais conhecidas no mundo”, preferiu centrar o discurso no processo de construção e desenvolvimento de Albufeira, defendendo que esta problemática “deve ser preconizada, a partir de agora, por David Martins”.

A última intervenção coube ao candidato do Partido Socialista, que desenvolveu com detalhe o programa com que se vai apresentar nas próximas eleições autárquicas.

Do vasto conjunto de projectos destaca-se o apoio à criação de mais emprego “sobretudo para os mais jovens”, a construção de novas e mais adequadas habitações, e políticas ligadas às pessoas mais idosas.

Contudo, o ênfase foi sobretudo dado para a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Albufeira, um documento que, especificou, vai debruçar-se, de forma sustentada, “sobre as áreas mais sensíveis do concelho”, dando assim resposta ao crescimento urbano desordenado.

Um das medidas que David Martins diz apoiar e que considerou como emblemáticas para fazer “estancar a pressão urbanística galopante” é, enquanto presidente da autarquia, abrir um concurso de ideias de forma a devolver, “a identidade perdida do centro histórico”, reintroduzindo “a vida e os seus elementos históricos tradicionais nesta zona da cidade”. R.S.A.

CÂMARA DE TORRES VEDRAS AJUDA FAMÍLIAS CARENCIADAS A PAGAR RENDA DE CASA

VISANDO dar uma resposta efectiva aos agregados familiares em situação de carência económica, a Câmara de Torres Vedras aprovou um apoio de 200 mil euros destinado a ajudar 78 famílias a pagar, este ano, a renda de casa.

Das 149 candidaturas apresentadas ao programa de apoio ao arrendamento lançado pela autarquia no final do ano passado, vão ser viabilizados os projectos que preencheram todos os critérios do regulamento do programa, adiantou o presidente da câmara, o socialista Carlos Miguel. Com esta iniciativa, a autarquia pretende dar “um sinal claro de apoio às famílias em situação de crise”, disse.

Segundo a vereadora do PS com o pelouro dos Assuntos Sociais, Ana Umbelino, destina-se a “evitar que as famílias estejam em situações de exclusão social”, ajudando-as em períodos de maior carência a ultrapassarem as dificuldades económicas, mantendo-as nas suas casas ou realojando-as, em situações de sobrelotamento.

Também no âmbito das políticas sociais, uma das prioridades políticas da edilidade, foi ainda decidido alargar de cinco para até dez mil euros o valor das comparticipações em obras de conservação de habitações degradadas, sempre que se verifiquem casos de extrema pobreza no concelho.

“Há um número significativo de agregados constituídos por idosos que, face aos rendimentos que auferem, teriam dificuldade em fazer obras para que a habitação apresente os níveis de conforto desejáveis”, salientou a vereadora Ana Umbelino.

INICIATIVA

PS recandidata Jorge Gabriel Martins à Câmara do Bombarral

O ACTUAL vereador socialista Jorge Gabriel Martins vai recandidatar-se à presidência da Câmara Municipal do Bombarral nas próximas eleições autárquicas.

“A Comissão Política Concelhia entendeu que eu deveria ser o candidato por estar em melhores condições para ganhar a Câmara”, disse Jorge Gabriel Martins, lembrando que nas eleições de 2005 a candidatura do PS por si liderada “ficou a 300 votos” de vencer a presidência do município, ganha pelo PSD.

Neste sentido, adiantou, o PS “vai alargar as listas” à participação de cidadãos independentes, “reconhecidos pelo seu valor e capacidade de trabalho”, para levar os eleitores do Bombarral a encarar a candidatura como uma “nova esperança” para o concelho.

Caso ganhe a câmara municipal, Jorge Gabriel Martins disse que a sua prioridade vai passar pela reabilitação do espaço urbano, através de programas e financiamento que permitam aos proprietários de casas devolutas virem a recuperá-las.

A alteração do Plano Director



Municipal para permitir a aprovação de projectos de turismo rural e a atracção de investimento por parte de empresas de logística são também apostas da candidatura Socialista.

De modo a recuperar a situação financeira do município, que considera estar “pior que há quatro anos”, Jorge Gabriel Martins avançará com um plano de saneamento financeiro. J. C. C. B.

Candidato do PS a Sesimbra aposta na coesão social



FOMENTAR a “coesão social e a protecção dos mais desfavorecidos” e “retomar como prioridade a construção de habitação social” são os principais objectivos traçados por Américo Gegaloto, o candidato do PS à presidência da Câmara de Sesimbra, escolhido por unanimidade pela Concelhia socialista local.

Segundo Américo Gegaloto, o projecto “assume uma lógica pró-activa para captar novos investimentos, na perspectiva de manter e criar novos postos de trabalho” e tem como objectivos centrais a

criação de “condições e mecanismos diferenciadores do concelho para atracção de novos munícipes e estimular a actividade económica, com base no princípio da baixa de impostos, como o IMT, IMI e IRS).

Advogado de profissão, Américo Gegaloto desempenha há sete anos o cargo de presidente da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência do Distrito de Setúbal. Autarca desde 1993, é actualmente o líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Sesimbra.

Num comunicado, a Comissão Política Concelhia de Sesimbra “congratula-se com a indigitação do camarada Américo Gegaloto, na convicção de que corresponde ao perfil mais adequado, em termos de experiência, quer autárquica quer no campo social, para corporizar um projecto essencial para o desenvolvimento do concelho de Sesimbra, liderando uma equipa de mulheres e de homens socialistas que não poupará esforços para reconduzir o partido ao nível mais elevado da gestão municipal”. J. C. C. B.

Artur Penedos, candidato à Câmara de Paredes

“Daremos ao concelho um poder político considerado e respeitado”

O candidato do PS à Câmara Municipal de Paredes, Artur Penedos, acredita que sairá vencedor nas próximas eleições autárquicas e garante que vai apostar na qualidade de vida dos paredenses e “libertar a população que não tem feito o que deseja, porque tem medo de represálias”.

Sem rodeios, o actual assessor do primeiro-ministro para os Assuntos Sociais e Laborais assegura que, quando governar o concelho, “os investidores encontrarão interlocutores sérios, honestos e empenhados na criação de um clima de confiança e de responsabilidade”.

Artur Penedos salienta ainda que os munícipes podem esperar “um amigo sempre disponível e determinado na procura de soluções para os problemas que enfrentam diariamente e um homem dedicado às causas das pessoas, com especial atenção às crianças e aos idosos”.

Como encara a indicação do seu nome pela Concelhia e as palavras elogiosas que recebeu da presidente desta estrutura, na conferência de Imprensa de anúncio da sua candidatura à presidência da câmara?

Com muita satisfação, especialmente pela confiança que depositam em mim e, também, por acreditar que, finalmente, vamos conseguir ganhar a câmara e dar ao povo de Paredes redobrada esperança na construção de um futuro melhor.

Afirmou, na altura que é desta vez que os socialistas vão concretizar “o sonho de mudar Paredes”. Que mudança pretende para o concelho?

Em primeiro lugar, de protagonistas. Temos uma equipa muito competente, onde todos estão obrigados, por um lado, ao dever de solidariedade e de respeito mútuo e por outro, a servir e respeitar toda a população. Conosco não haverá falta de respeito ou de consideração por quem quer que seja. Conosco, com o Partido Socialista, as relações serão claras, transparentes e atractivas.

Com este espírito, vamos mudar a posição da câmara em relação às questões ambientais. Em pleno século XXI não é aceitável que a quase totalidade do concelho se mantenha sem saneamento básico.

Em 16 anos de gestão PSD, nada foi feito para melhorar a qualidade de vida dos paredenses. Os rios Sousa e Ferreira terão a nossa especial atenção. São duas “pérolas” que queremos ver despoluídas e a servir as populações.

Na sua opinião, quais são os principais trunfos que o PS dispõe para conquistar a autarquia?

São de vária ordem. Os agentes económicos e sociais sabem que assumimos e concretizamos os nossos compromissos. Sabem que somos pessoas respeitáveis e respeitadoras. Sabem que temos capacidade e conhecimentos capazes de projectar a actividade económica do Concelho e de cuidar dos problemas sociais com espírito de missão.

Cultivamos os valores da solidariedade e da fraternidade e esses serão garantia de que os funcionários da câmara e os munícipes serão tratados com respeito e consideração relativamente aos seus direitos e ambições. Conosco, ninguém será perseguido ou ameaçado por ser de partido diferente do nosso, ou por divergir das nossas ideias.

De que forma a sua vasta e longa experiência e o conhecimento que tem da realidade do concelho, pode constituir mais-valia na presidência do município?

As minhas ligações vão do mundo do trabalho à universidade, passando, também pela economia social. Esse capital de conhecimento e o respeito e consideração que granjееi ao longo da minha vida serão uma mais-valia para Paredes.

Não me canso de afirmar que daremos ao concelho aquilo que ele nunca teve, um poder político considerado e respeitado. Vamos conseguir libertar a população que não tem feito o que deseja, porque tem medo de represálias.

Quais as áreas prioritárias na futura do programa socialista para a Câmara?

As que assentam na qualidade de vida das pessoas. Daremos aos mais necessitados o apoio social que merecem, estaremos atentos e promoveremos a captação de investimentos, como forma de gerar



“Conosco, as relações serão claras, transparentes e atractivas”

“Vamos conseguir ganhar a câmara e dar ao povo de Paredes redobrada esperança na construção de um futuro melhor”

“Ninguém será perseguido ou ameaçado por ser de partido diferente do nosso, ou por divergir das nossas ideias”

emprego e combater o empobrecimento da população, apostaremos num bem muito precioso para as pessoas, a educação e qualificação. Resolveremos o problema do sa-

neamento básico que é a vergonha dos que vão terminar o seu ciclo de poder em Paredes, o PSD.

O que podem esperar os munícipes de Artur Penedos na presidência da Câmara?

Um amigo sempre disponível e determinado na procura de soluções para os problemas que enfrentam diariamente. Um homem dedicado às causas das pessoas, com especial atenção às crianças e aos idosos.

Como pensa promover as potencialidades do concelho, nomeadamente no que concerne a atrair investimento e gerar emprego?

Como já tive oportunidade de dizer, o concelho tem enormes potencialidades, mas precisa mesmo é de actores credíveis, empenhados e capazes de gerar confiança nos investidores nacionais e estrangeiros.

Que balanço faz da gestão do PSD no município?

Muito má. Instalaram o caos urbanístico, mantêm os resíduos sólidos urbanos a correr a céu aberto em grande parte do Concelho (os paredenses dizem que nas esplanadas se toma “café com cheiro” sem o pedir) e os funcionários da câmara não têm a menor expectativa de serem tratados de forma decente. Há servi-

ços que se contratam – ignorando-se que existem funcionários e serviços qualificados na câmara – que provocam insatisfação, incredulidade e descontentamento em funcionários e munícipes.

Os gastos desmesurados, sabe-se lá a benefício de quem e de quê, são outra das características do poder protagonizado pelo PSD.

Em que aspectos fundamentais uma gestão socialista pode marcar a diferença?

Na credibilização do exercício do poder e da sua relação com as pessoas. Na credibilização dos eleitos face à sociedade, especialmente em relação aos investidores e, ainda, na promoção da economia social, baseada nos sectores da protecção social, com particular incidência na prestação de serviços a crianças, idosos, portadores de deficiência e pessoas acamadas. Os investidores encontrarão na nossa equipa interlocutores sérios, honestos e empenhados na criação de um clima de confiança e de responsabilidade”.

A nossa ambição, o nosso projecto, não assenta em Comunidades Urbanas ou intermunicipais, que têm importância sob o ponto de vista local, é certo, mas que, sob o ponto de vista nacional e internacional, pouco significam.

OPINIÃO



PAULA DE DEUS
Deputada na AR

O direito da criança à família concretiza-se em primeiro lugar no primado da família natural

OS DIREITOS DA CRIANÇA – A RESPOSTA DA ADOPÇÃO

O PARLAMENTO debateu a proposta de instituição do dia 10 de Maio como o Dia Nacional da Adopção de Crianças, que se considerou ser redundante com base em pressupostos que partilho.

Gostaria de começar por fazer um ponto prévio para esclarecer que se considera da mais elementar justiça reconhecer a relevância do acto de adoptar. É muito importante que se apoiem as famílias adoptivas nos seus percursos e que se continue a apostar na qualificação dos serviços públicos de adopção, para que sejam cada vez mais amigos destas pessoas.

Mas esta convicção não nos deve impedir de abordar este assunto de forma mais ampla. A questão fundamental é saber se, por um lado, a criação de um Dia da Adopção é absolutamente fundamental para repor a centralidade da discussão acerca da adopção em Portugal e, por outro lado, se o direito fundamental da criança a uma família fica cabalmente respondido com esta proposta.

Em relação à primeira interpelação, importa considerar que o dia 1 de Junho, Dia Mundial da Criança é o momento por excelência de, sem prejuízo de uma percepção global dos direitos das crianças, promover e congregar uma maior atenção para as questões da adopção, assim como de outras questões de maior importância em matéria de infância. É indispensável, olhar sempre para a Criança como um todo, nas suas múltiplas dimensões da vida, que se desenvolve na plena realização dos seus direitos.

A instituição de um dia específico dedicado à adopção não beneficia de ser autonomizado do Dia Mundial da Criança, mantendo-se assim, a coerência das políticas destinadas às crianças. É importante que tenhamos a noção que a criação de um Dia Nacional não resolve de facto a questão da eficácia das medidas públicas já estatuidas.

Acresce que na área da infância tendem a multiplicar-se as vozes em nome da defesa dos direitos da criança, numa acção desconcertada e por vezes, em sentidos diferentes tendencialmente paternalistas. Assim, se é preciso provocar mudanças, elas devem antes de mais, ser encaradas no sentido de se aprofundar a provedoria da infância na perspectiva da observação abrangente da concretização dos direitos da criança e de igual modo da eficácia das medidas públicas, de forma abrangente e estruturada.

Quanto à questão do direito da criança a uma família, a primeira coisa a considerar é que as crianças, em geral, beneficiam de se promover uma maior consciencialização da sociedade para o que significa ser pai e mãe nos dias de hoje, para o significado mais profundo das competências parentais. O direito da criança à família concretiza-se em primeiro lugar no primado da família natural. Assim, a valorização da parentalidade, o apoio aos pais, e uma forte aposta na intervenção precoce, são a melhor forma de prevenirmos situações de risco que comprometam o bem-estar e desenvolvimento infantil.

Por último, uma nota para sublinhar o esforço que o Governo está a fazer no sentido da qualificação das respostas à infância e de ir ao encontro da preocupação de maior apoio parental, nomeadamente na área da adopção. Das medidas em curso destaco:

- O reforço dos direitos dos pais e dos pais adoptivos em particular, em sede de revisão do Código de Trabalho.

- A elaboração de um programa de formação parental, no quadro da regulamentação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens;

- A criação do Observatório da Adopção e de listas nacionais da adopção;

- A introdução da figura do “Apadrinhamento Civil” direccionada para as crianças que não se encontram em situação de adoptabilidade e que aguarda neste momento discussão e aprovação pela Assembleia da República;

- O Plano Nacional de Formação para a Adopção, cuja execução se prevê que seja iniciado ainda em 2009 e que, tendo como destinatários candidatos a pais adoptivos, se espera que contribua amplamente para uma visão diferente da adopção de crianças.

Estas medidas concorrem para que tenhamos uma maior protecção legal e social das crianças, na convicção porém de que o desafio se coloca sempre na sua capacidade de execução e de estarem, na prática, ao serviço da promoção de uma cultura dos direitos da criança.

INICIATIVA

Candidatura de Helena Terra abre nova esperança para Oliveira de Azeméis

O AUDITÓRIO do edifício Praça da Cidade repleto de apoiantes e personalidades de relevo do concelho foi palco, no dia 18, da cerimónia de apresentação pública da candidatura de Helena Terra à presidência da Câmara de Oliveira de Azeméis, inaugurando assim a sua caminhada rumo às eleições autárquicas de Outubro próximo, com o lema “um novo ciclo, uma nova esperança”.

O discurso de apresentação esteve a cargo do deputado António José Seguro, que salientou “o empenho, energia e rigor da candidata, dos quais é testemunha todos os dias na Assembleia da República”.

Helena Terra fez um emocionado discurso, no qual afirmou que, “como filha desta terra, não fui empurrada, nem precisei de vagas de fundo para



avancar. Conheço as potencialidades de Oliveira de Azeméis e as capacidades das suas gentes e isso é o que me motiva para avançar”.

Na sua intervenção, a candidata fez uma breve retrospectiva da má gestão autárquica do concelho, apontando a dívida de 55

milhões de euros deixada pelo actual Executivo e lamentou que hoje, Oliveira de Azeméis, seja “um retrato a preto e branco numa região onde já se fotografa a cores”.

Segundo Helena Terra, é preciso “transformar Oliveira de Azeméis num exemplo de qualidade de

vida, em que os poderes públicos potenciem os investimentos privados; num concelho capaz de atrair mais e melhor investimento, gerador de mais e melhor emprego, criador de riqueza, que volte a inscrever no mapa regional um retrato a cores fiel às nossas potencialidades”.

Marcos Perestrello avança por Oeiras

A COMISSÃO Política Concelhia de Oeiras do PS aprovou por unanimidade e aclamação, no passado dia 15, a candidatura de Marcos Perestrello às próximas eleições autárquicas.

Segundo informou o camarada Marcos Sá, líder do PS/Oeiras, o nome de Marcos Perestrello foi proposto pela direcção nacional, pela Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) e pela Concelhia.

“Há uma grande motivação e mobilização do partido em ser a alterna-



tiva em Oeiras”, afirmou o dirigente socialista, assegurando que os militantes

estão “muito entusiasmados” para o “combate político” das autárquicas.

Ao “Acção Socialista” Marcos Sá disse que a escolha de Marcos Perestrello para encabeçar a lista do PS a Oeiras “significa a renovação na liderança dos destinos do concelho” e uma “alternativa positiva”.

Marcos Perestrello, 37 anos, é licenciado em Direito. Actualmente é membro da Secretariado Nacional do Partido Socialista e vice-presidente da Câmara de Lisboa, onde é responsável pelos pelouros do Desporto, das Obras Municipais e Protecção Civil. **M.R.**

MESQUITA MACHADO RECEBE MEDALHA DE FUNDADOR DO COMITÉ DAS REGIÕES

O CAMARADA Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga, recebeu a medalha evocativa do 15.º aniversário do Comité das Regiões da União Europeia, numa sessão realizada a dia 21 Abril, em Bruxelas.

A insígnia comemorativa foi atribuída “aos

20 membros que desenvolvem a sua actividade no Comité das Regiões desde a sua criação em 1994”, na sua 79.ª sessão plenária.

Criado há 15 anos pelo Tratado da União Europeia, o Comité das Regiões é um órgão consultivo composto por representantes dos poderes locais

e regionais da Europa.

O Comité tem de ser consultado antes da adopção de decisões da UE no domínio da política regional, ambiente, educação e transporte que afectam directamente os poderes regionais e locais.

É composto por 344 membros, eleitos nos municípios ou nas regi-

ões, muitas vezes líderes políticos de governos regionais ou presidentes de câmaras.

Estes estão repartidos por seis comissões especializadas, de que é exemplo a Comissão de Política Económica e Social (ECOS) a que Mesquita Machado ainda recentemente presidiu.

Pedro Nuno Santos, candidato à Câmara de S. João da Madeira

“Compromisso permanente com a igualdade”

A conciliação de desenvolvimento económico, preservação ambiental e proximidade com os munícipes é a grande aposta de Pedro Nuno Santos na sua candidatura à presidência da autarquia de S. João da Madeira.

Vincando que há uma nova geração de socialistas que não vão ficar à espera, o antigo líder da JS e deputado no Parlamento avança para o combate eleitoral com humildade, mas firmeza nas convicções.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Pedro Nuno Santos defende que S. João da Madeira precisa de diversificar o seu tecido produtivo para honrar a sua identidade e prosperar, garantindo também que, se for eleito, dará prioridade ao emprego, à habitação e à eficiência energética.

Porque aceitou o desafio de ser candidato à Câmara Municipal de S. João da Madeira?

O que não podia era evitar. O que não podia era equacionar outros nomes sem equacionar a minha própria candidatura. O combate em S. João da Madeira não é, evidentemente, um combate fácil. Mas eu sou o presidente da Concelhia e o percurso nacional que fiz nos últimos cinco anos como secretário-geral da JS e deputado permitiu-me ganhar alguma notoriedade.

Na realidade, era um dos militantes em melhores condições para disputar a Câmara Municipal a Castro Almeida.

Gosto muito da política nacional, mas ainda vou gostar mais de fazer política autárquica nesta fase da minha vida.

Que significado tem a escolha do seu nome para encabeçar a candidatura socialista à Câmara de S. João da Madeira?

Significa que não vamos apenas cumprir calendário. Vamos disputar uma visão para a cidade. Vamos disputar ideias e políticas. Significa que há uma nova geração no PS que não fica à espera de que os chamem. Que não fica à espera de que a convidem. Há uma nova geração no PS que não quer ficar à espera.

Estão criadas as condições, no seu entender, para que a força da mudança do PS chegue a este concelho?

Já disse noutras ocasiões e volto a repetir: Partimos para este combate com humildade e respeito pelo PSD. Com respeito pela obra que fizeram na nossa terra. Mas nós queremos mais. S. João da Madeira tem condições para ser a melhor cidade do país para se viver e trabalhar. S. João da Madeira tem oito quilómetros quadrados e uma única freguesia. Tem as infra-estruturas básicas construídas há já 20 anos. Tem uma boa cobertura de equipamentos colectivos. E tem um orçamento elevado para um pequeno território. Tem, portanto,

condições para dar o salto. Nós queremos trazer inovação à política municipal no nosso concelho. Queremos um pensar novo para S. João da Madeira. As condições para a mudança têm de ser criadas por nós. O que prometemos é que vamos dar o nosso melhor.

Quais são os principais constrangimentos com que se defronta S. João da Madeira actualmente?

A cidade já foi a terceira do país em rendimento “per capita”. Tem vindo a cair nessa tabela. Isto é, o concelho tem empobrecido relativamente a muitos outros. S. João da Madeira existe enquanto concelho por causa da sua pujança industrial. Foi a força económica e industrial de S. João da Madeira que esteve na origem da sua emancipação face ao concelho de Oliveira de Azeméis há 83 anos. De maior centro nacional da indústria chapeleira conseguiu uma transição de sucesso para o sector do calçado. Transformou-se mesmo no maior centro nacional do calçado, quando é de qualidade e design que falamos. Mas, como é do conhecimento geral, e independentemente da actual crise, o sector do calçado tem estado sob a forte pressão da concorrência do leste e da Ásia. Para que S. João da Madeira continue a honrar a sua identidade tem de conseguir diversificar o seu tecido produtivo e passar para um novo paradigma industrial como já fez no passado quando a indústria chapeleira definiu.

Que estratégia seguirá para conquistar a autarquia?

Fazer uma campanha pela positiva e próxima dos sanjoanenses. Queremos ouvir e envolver o maior número possível de cidadãos. Fazer muitas pequenas reuniões com grupos pequenos de cidadãos. Queremos ser humildes no debate, mas firmes nos nossos ideais. Queremos inovar nas políticas municipais, mas sem nunca desprezar o que sempre funcionou bem.



Como descreve a actuação do Executivo PSD?

O PSD fez obra e alguma já foi elogiada por nós. Mas nunca foram capazes de dar o salto. S. João da Madeira é um concelho cem por cento urbano, com alguns problemas de exclusão social e elevados níveis de desigualdade. Mas, a política social nunca chegou a ser prioridade. Este distanciamento em relação à intervenção social é compreensível, tendo em conta que quem está no poder actualmente acredita que o mercado resolverá por si só todas as situações de pobreza, desemprego e iniquidade social. Na realidade, a dicotomia esquerda/direita está tão presente na política local como está na nacional ou internacional.

Noutras situações não se foi até ao fim. Por exemplo, a Câmara Municipal teve a boa iniciativa de promover a construção de um Centro Empresarial e Tecnológico, uma incubadora de empresas de base tecnológica. Mas não previu um parque tecnológico na zona circundante que pudesse receber as empresas depois de cumprirem o prazo de incubação. Será uma frustração ver as empresas que nasceram com sucesso em S. João da Madeira abandonarem o concelho por falta de sítio onde se fixarem.

Quais as bandeiras que vai apresentar para promover o desenvolvimento sustentável do município?

A conciliação entre desenvolvimento económico e protecção do ambiente nunca fez tão sentido como actualmente. Tomemos

como exemplo a energia. A economia sanjoanense será tanto mais competitiva quanto for capaz de reduzir os custos com a energia. Daí a nossa defesa de um Plano Municipal de Eficiência Energética que contemplará um conjunto de medidas, não só para aumentar a eficiência energética dos edifícios geridos pela autarquia, mas também das habitações particulares e das empresas do concelho. Criaremos a Oficina da Energia que consistirá numa equipa de técnicos da autarquia que, através de marcação prévia, se deslocará a casas particulares e empresas para elaborar um plano de acção com vista a aumentar a eficiência energética desses edifícios. O objectivo é incentivar e ajudar os sanjoanenses a pouparem recursos, poupando energia.

S. João da Madeira é um concelho industrial e nós não queremos perder essa identidade. É por isso que defendemos um Parque Tecnológico adjacente ao Centro Empresarial e Tecnológico que apoie o esforço de diversificação do tecido produtivo local. Mas queremos sempre um bom equilíbrio com o verde e a natureza. É por isso que, por exemplo, defendemos um corredor verde à volta de todo o concelho.

As políticas dirigidas aos jovens e à modernização serão prioritárias no seu Programa Eleitoral Autárquico?

Claro. A força de uma cidade é a força da sua juventude. A cidade que não for capaz de atrair e fixar jovens é uma cidade que morrerá a prazo. Os jovens para se fixarem numa cidade precisam sobretudo

de emprego e habitação. Ou a cidade é capaz de oferecer empregos, apoiar o empreendedorismo jovem e disponibilizar uma oferta de habitação a custos controlados ou então falhará a prazo enquanto cidade. Apoiar o emprego e a habitação para jovens serão de facto prioridades. Mas, ainda na área da juventude, destaco outra proposta. Inspirado no Espaço M, ideia e responsabilidade da ex-vereadora da juventude da Câmara Municipal de Rio Maior, Maria Inês Maurício, defenderei um Espaço Musical onde os jovens se possam encontrar para tocar os seus instrumentos preferidos, aprender com a troca de experiências, ensaiar com as suas bandas ou gravar em estúdio. Encontramos muitos autarcas sem saber o que fazer para disponibilizar serviços que sejam verdadeiramente do interesse dos jovens e que os retirem da frente do computador. O Espaço M é um bom exemplo. Às vezes não é preciso inventar. Basta ver o que de bom se faz noutros sítios.

O que podem esperar os munícipes de S. João da Madeira de Pedro Nuno Santos na liderança da Câmara?

De mim podem esperar um compromisso permanente com a igualdade. Foi para lutar por uma sociedade mais igual que decidi intervir politicamente. Quero aproveitar esta oportunidade para integrar na política local um projecto de igualdade. Quero lutar por uma cidade onde todas e todos tenham lugar. Onde ninguém fique para trás.

Aveiro é um distrito em que o PS tem minoria de concelhos na gestão autárquica. Na sua opinião, este panorama poderá mudar este ano?

As autarquias que já são governadas pelo PS continuarão a sê-lo.

Quanto às outras, o PS no distrito de Aveiro tem alguns candidatos que oferecem muito boas perspectivas de vitória. Não são só candidatos de qualidade superior como são reconhecidos como tal pelas suas populações. Falo de Helena Terra em Oliveira de Azeméis, de Fernando Mendonça em Estarreja, de Gonçalo Rocha em Castelo de Paiva ou de Alcides Branco na Feira.

Para quando a apresentação pública da sua candidatura?

Será no dia 2 de Maio, pelas 18 horas, no auditório do Centro Empresarial e Tecnológico de S. João da Madeira. Estão todos convidados.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico**Vital Vencer**

O NOSSO cabeça-de-lista às eleições para o Parlamento Europeu que se realizam a 7 de Junho, Vital Moreira, tem alertado com insistência para a importância determinante destas eleições no quadro do processo de transformação global que está a ocorrer e no qual a União Europeia tem que ser um dos actores fundamentais.

Não vale a pena escamotear que o resultado das eleições europeias tem uma importância nacional relevante, mais que não seja porque induzirá estados de alma mais ou menos favoráveis nas forças que disputarão em alternativa as eleições legislativas e autárquicas que se seguem.

Vital tem no entanto toda a razão ao sublinhar a enorme importância política do que está em jogo nestas eleições no plano europeu e que determinará o desenvolvimento ou a erosão e deslajamento dum projecto marcado por valores humanistas profundos que importa disseminar pelo mundo e não apagar em nome de qualquer ilusão sobre a supremacia das forças do mercado.

Nos próximos meses a União Europeia estará

“Não vale a pena escamotear que o resultado das eleições europeias tem uma importância nacional relevante”

confrontada com desafios fundamentais, o mais importante dos quais será a resolução do impasse institucional que se torna cada vez mais insustentável à medida que as dinâmicas sociais e económicas exigem respostas mais rápidas assertivas e articuladas.

A deriva proteccionista que marcou a primeira fase da reacção de alguns países europeus à crise pode ser em larga medida explicada pela dissonância entre a pressão das respectivas opiniões públicas por decisões rápidas e a lentidão exasperante do processo de decisão europeu. Felizmente parece que desta vez foi possível conter danos, mas o risco desta dissonância permanece latente.

Estabilizar um modelo institucional que sendo eficaz e adaptado aos novos tempos, conserve a matriz de cooperação e os valores éticos e políticos de referência para o desenvolvimento do projecto europeu, é o grande desafio das novas instituições europeias e em particular do Parlamento Europeu. É por isso vital o PS vencer, elegendo deputados que estarão do lado da boa solução na evolução próxima da União Europeia.

Entrevista à RTP

Sócrates anuncia alargamento do subsídio social de desemprego



O alargamento do subsídio social de desemprego a mais 15 mil pessoas foi a novidade avançada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, numa entrevista à RTP, onde as relações com o Presidente da República, as respostas do Governo aos efeitos da crise internacional no nosso país e o caso Freeport foram também abordadas.

SOBRE o subsídio social de desemprego, Sócrates explicou que o limite de rendimento “per capita” do potencial beneficiário vai passar dos actuais 330 euros para 450 euros, uma alteração que permitirá o acesso a este subsídio de mais 15 mil pessoas, a juntar às 50 mil actuais que já beneficiam desta prestação.

Reiterando a defesa de uma estratégia centrada no investimento público para responder à crise, o primeiro-ministro afirmou que “não devemos adiar projectos estruturantes porque estamos em crise: é exactamente o contrário”, salientando, a propósito, que o projecto do TGV terá “um impacto absolutamente extraordinário” na economia e no emprego que se fará sentir já em 2009 e 2010.

O primeiro-ministro garantiu que o plano anticrise do Governo, apresentado há três meses, está “a produzir resultados”, acrescentando, no entanto, que “a prioridade é executar as medidas

já anunciadas, mas iremos ver se são precisas mais”.

Socorrendo-se de números que demonstram resultados concretos, Sócrates adiantou que hoje há 12 mil pessoas, que estavam desempregadas, mas já estão a trabalhar em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS); nove mil jovens foram contratados sem termo com apoios do Estado; 134 mil trabalhadores beneficiaram da redução em 3 pontos percentuais da Taxa Social Única, e 3400 trabalhadores estão a receber formação no âmbito do acordo celebrado com a indústria automóvel.

O líder do PS reafirmou que o Governo nunca quis “disfarçar a recessão”, mas frisou que “no Verão de 2008 nenhum economista ou instituição estava em condições de dizer o que se está a viver agora”.

“Eu sou o primeiro a reconhecer que Portugal tem e tinha problemas. E mesmo quando recuperarmos, quando sairmos

da crise, continuaremos a ter problemas, mas muitos estarão resolvidos”, afirmou.

Sócrates referiu ainda que “metade” do plano anticrise é “dirigido ao emprego”, reiterando que vão continuar os apoios às empresas. “Quando nos criticam por ajudar as empresas, desenganam-se. Vamos continuar a fazê-lo”, disse.

O primeiro-ministro sublinhou ainda que o “essencial” do plano anticrise para dinamizar a economia são as apostas do Executivo socialista nas grandes obras públicas como o TGV, o aeroporto internacional de Lisboa e a terceira ponte sobre o Tejo e ainda a autonomia energética, a renovação e requalificação do parque escolar e o alargamento da banda larga, com efeitos na criação de emprego de norte a sul do país.

Outro tema em destaque na entrevista foram as relações com Belém, tendo Sócrates esclarecido que as suas declarações na última sessão das Novas Fronteiras sobre a “política do recado” não eram para o Presidente da República mas para a oposição.

PR não se vai deixar instrumentalizar por nenhuma oposição

“Se alguém pensa que pode

instrumentalizar o Presidente da República, pensa mal, porque ele nem se envolve nem se deixa envolver nas lutas eleitorais”, disse, sublinhando que “se a oposição pensa que vai transformar o PR, no rosto da oposição, estão enganados. Conheço-o suficientemente. Em política, cada um pedala a sua própria bicicleta”.

Relativamente ao chamado caso Freeport, que na sua génese teve motivações políticas, o primeiro-ministro referiu que tem mantido a reserva possível sobre este assunto, adiantando no entanto que “não posso assistir a esta tentativa de assassinato político sem dizer nada”. E disse esperar que o caso Freeport “chegue rapidamente ao fim” e que a investigação “seja capaz de identificar e punir quem tenha utilizado o meu nome para obter alguma vantagem. Confio na justiça para que tudo seja apurado”. E afirmou sentir-se “na pele de vítima de um processo kafkiano”.

Sócrates disse ainda acreditar que o caso Freeport não terá efeito na maioria absoluta que o PS espera alcançar nas próximas legislativas, até porque, explicou, “já foi noticiado na última campanha eleitoral e não teve efeito”. J. C. C. B.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa